

500.32

2006



UNIVERSIDADE EDUARDO

MONDLANE

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS-
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

TRABALHO DE FIM DE CURSO

**TEMA: O DISCURSO OFICIAL SOBRE O DESEMPREGO NO
CONTEXTO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA
E SOCIAL (PRES)-1989 A 2004**

Autor: RAFAEL BATA

Supervisora: DR.ª NAIR TELES

Maputo, 2006



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS-
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TRABALHO DE FIM DE CURSO

Autor: RAFAEL BATA



Supervisora: DR.^a NAIR TELES

MAPUTO, 2006

U.E.M.: -UFICS-
R. E. 4926
DATA 07/11/06
AQUISIÇÃO ofenta
COTA Soc-32

U.E.M.: -UFICS-
R. E.
DATA 03/11/06
AQUISIÇÃO
COTA Soc. 32

Dedicatória

Este trabalho é dedicado aos meus familiares, em particular aos meus queridos pais,
Bata Guirengane e Magaji Troveja que partiram antes do tempo.

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o fruto de sacrifício, desempenho e investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos à Professora Dr.^a Nair Teles, ao Dr. João Carlos Colaço e ao Professor Dr. Elísio Macamo, pelo apoio, pela paciência, supervisão e aconselhamentos dispensados no decurso da elaboração deste trabalho.

Um agradecimento especial vai para a minha família (Mano Fernando, mano António, mano Domingos), que ao longo destes cinco anos me apoiou constantemente, com amor e carinho, sem olhar para as dificuldades.

Especial agradecimento ainda, ao dr. Carlos Miguel Nunes, dr. José Augusto Samajo, que sempre dispuseram o seu tempo para a leitura e releitura da redacção, o que tornou possível a consumação deste trabalho.

Para a minha colega Cila Joaquim Nésse Uamusse, pelas constantes sugestões, ao Sr. Zainadin, técnico de informática, ao meu colega Xavier Machiana, a todos que directa ou indirectamente contribuíram, o meu muito obrigado, pela contínua coragem e apoio técnico que sempre me deram para a finalização desta monografia.

A todos que, directa ou indirectamente apoiaram-me de diversas formas, para que esta pesquisa se tornasse uma realidade, um forte abraço.

RESUMO

Ao Programa de Reabilitação Económica (PRE), iniciado em 1987, foi lhe acrescido, em 1989, a componente Social, passando a Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Este acréscimo significou uma ruptura do sistema de economia centralizado, para uma economia de mercado, e impôs como uma das medidas a privatização das empresas até então estatais, e a redução da intervenção do Estado no processo produtivo. As reformas económicas materializadas no PRES, trouxeram profundas transformações, no mercado de trabalho, como no sector empresarial e na massa laboral, com as privatizações e introdução de novas tecnologias.

O objectivo do nosso estudo é identificar e analisar o *discurso oficial* sobre o desemprego no contexto da liberalização económica, através de duas Instituições: uma governamental, Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e outra sindical, Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM-Central Sindical). Assumimos a hipótese de que, o *discurso oficial* sobre o *desemprego* é influenciado pela racionalidade económica dominante no contexto do PRES. O tratamento da temática *o discurso oficial sobre o desemprego no contexto do PRES* apresentada nesta pesquisa, foi conduzida com base nos pressupostos teóricos de formação discursiva.

O estudo foi repartido em dois momentos principais: i) a pesquisa bibliográfica, e; ii) o trabalho de campo, com a realização de entrevistas *semi-estruturadas*, onde foram realizadas sete (07) entrevistas no total: quatro (04) no INEFP e três (03) na OTM-Central Sindical.

A confrontação dos resultados da nossa pesquisa, infirma a hipótese de trabalho, uma vez que, em nenhum momento é feita uma referência clara relativamente ao sistema de economia adoptado no país, tão pouco ao Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Este dado na leva a concluir que o discurso oficial por nós identificado não produziu os conteúdos possíveis, oriundos das "formas concretas de vida", de modo a ter uma validade relacionada ao contexto social e ao tempo histórico em que o PRES e o processo das privatizações operaram.

Abreviaturas

PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
SEM	Serviço de Emprego de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
BM	Banco Mundial
ACP	Africa Carribean Pacific
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAF	Inquérito do Agregado Familiar
CFM-EP	Caminhos de Ferro de Moçambique-Empresa Pública
UFA	União Fabril
ROMOS	Rodoviária de Moçambique Sul
IMA	Indústria Moçambicana do Aço
CIFEL	Companhia Industrial de Fundição e Laminagem
CIPEL	Companhia Industrial de Produtos Eléctricos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
RDA	República Democrática Alemã
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
CPI	Centro de Promoção de Investimento

Quem fala no discurso e aquilo sobre o que se fala é o próprio discurso

Sérgio Paulo Rouanet

Sumário

Assunto	Página
Introdução	1
Capítulo I	
Contexto	3
I.1. A Transformação Política e Económica em Moçambique	3
I.2. O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)	6
Capítulo II	
O estudo	7
II.1. O Problema	7
II.2. Pergunta de Partida	8
II.3. Hipótese de Estudo	9
II.4. Objecto de Estudo	9
II.5. Objectivos de Estudo	9
II.6. Procedimento Metodológico	10
II.6.1. Trabalho de Campo	10
II.7. Delimitação	12
II.8. Motivação	12
II.8. Justificativa	13
Capítulo III	
Revisão da literatura	13
III.1. O Programa de Reabilitação Económica (PRE)	14
III.2. O Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)	16
III.3. O desemprego em Moçambique	17
III.4. Desemprego no pós-independência	18
III.5. Desemprego no contexto do PRE/PRES	20
III.6. Mídia e desemprego	21

III.7. Desemprego segundo alguns teóricos	24
Capítulo IV	
Enquadramento Teórico e Conceptual	27
IV.1. Formação Discursiva	27
IV.2. Desemprego/Desempregado	33
IV.3. Liberalismo Económico	35
IV.4. Privatização	37
IV.5. Reestruturação e Modernização	38
Capítulo V	
Apresentação, Discussão e Análise dos Resultados	39
V.1. Análise documental	41
V.1.1. Política do Sector do Trabalho	42
V.1.2. Discurso de Apresentação do Programa do Governo	43
V.1.3. A Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique	45
V.1.4. Enunciados do Discurso sobre o Desemprego	49
V.1.5 Os técnicos do INEFP	51
V.1.6 Os representantes da OTM-Central Sindical	57
Capítulo VI	
Considerações Finais	63
Bibliografia	i
Anexos	vi

Trabalho

*“Do suor do teu rosto comerás o teu pão,
até que te tornes à terra;
porque dela foste tomado.
Porquanto és pó e em pó te tornarás”.*
(Génesis, 3:19)¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, circunscreve-se no âmbito da licenciatura em Sociologia, e foi realizado em Maputo – cidade, no período entre Agosto e Outubro de 2005, tendo como objectivo principal *identificar e analisar o discurso oficial*² *sobre o desemprego no processo do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)*³.

É dentro do quadro – desemprego e o PRES- que nos propomos reflectir de modo a não só compreender os factos, mas com base nalgumas teorias sociológicas, procuraremos interpretar em que perspectiva esse discurso é veiculado no contexto de liberalização económica e chegar à definição oficial do binómio conceptual desemprego/desempregado. Portanto, procuraremos perceber como o desemprego é construído discursivamente, a partir de três (03) documentos governamentais que o estruturam de forma clara. Esta análise será complementada com entrevistas feitas a indivíduos vinculados a uma instituição governamental INEFP⁴ -Ministério do Trabalho e outra sindical-OTM-Central⁵. O período de estudo compreende os anos de 1987 a 2004.

¹ Extraído em 30/11/2002, da página da Internet: <http://www.revistapersona.com.ar/lino.htm> “Suor do teu rosto”, resultado do teu trabalho, determinante e primordial para garantir a sua existência, o trabalho, para satisfação da mais elementar necessidade do Homem, como a aquisição do pão todo o tempo que durar uma vida, até passar para o outro estado. Trabalho segundo Giddens, 2000.

² Entendemos por *discurso oficial* tudo que é anunciado, declarado, ordenado, por uma autoridade reconhecida. Que emana, sai ou nasce do Governo, ou instituições afim (² Extratos de Michel Foucault in: Semanal Informativo, Ano I, Edição n.º 011, de 29 de Setembro a 05 de Outubro, S. Paulo, 2003)

³ O PRE teve o seu início em 1987, e em 1989, foi introduzida a componente Social (S), passando a denominar-se Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). PRE/PRES, não se trata de dois Programas, mas sim, de um mesmo, que a posterior lhe foi agregado a componente social (S), onde o Governo passou a prestar mais atenção aos problemas sociais dele decorrentes.

⁴ Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional-Criado pelo Conselho de Ministros :Decreto n.º 37/92 de 27 de Outubro

⁵ *Sindicato-Sindicalismo* –um síndico é um indivíduo que é eleito para se ocupar dos problemas e interesses da comunidade de que é membro. Nesta acepção, o *sindicalismo operário* que tem por fim

No que diz respeito à sua estruturação, o trabalho para além da introdução, apresenta-se subdividido em seis capítulos. No primeiro capítulo (I), apresentamos o contexto, onde abordamos dois momentos que atravessaram a vida política e económica do país: o primeiro consistiu na adopção do modelo de orientação socialista logo após a independência, caracterizado por uma economia centralmente planificada e o segundo, marcado pela mudança para uma *economia de mercado* a partir de 1987. Este segundo momento, que está intimamente ligado ao processo de privatização das empresas até então estatais, será o período do nosso estudo.

No segundo capítulo (II), apresentamos a estrutura do estudo⁶, onde anunciamos o problema e a pergunta de partida, o objecto de estudo, os objectivos, as hipóteses e o procedimento metodológico que utilizamos para a colecta de dados, a delimitação e a motivação.

No terceiro capítulo (III), fazemos a revisão de parte da literatura com destaque para certos aspectos que ditaram a introdução do PRE em 1987, e, os efeitos deste programa na massa laboral. Em seguida, trazemos alguns trabalhos que retratam a problemática do desemprego em Moçambique e noutros espaços geográficos.

No quarto capítulo (IV), apresentamos o enfoque teórico deste trabalho a partir da perspectiva sobre formação discursiva. Em seguida, realizamos o enquadramento teórico-conceptual a ser operacionalizado ao longo deste trabalho: os conceitos-chave e os conceitos complementares.

O quinto capítulo (V), foi reservado à apresentação, discussão e análise dos resultados da pesquisa. Primeiro será apresentado o polo escrito do Discurso e em seguida o polo oral/verbal, obtido dos enunciados das entrevistas.

defender os interesses dos operários/trabalhadores, face ao sistema económico vigente -salários, condições e horários de trabalho, emprego e garantia de emprego, estabilidade profissional, leis sociais participação na gestão, etc. O facto de os sindicatos se terem desenvolvido para proteger os interesses materiais dos trabalhadores. Os sindicatos surgiram, em primeiro lugar, como meio de correcção do desequilíbrio de poder entre trabalhadores e entidade patronal (Giddens, 2000)

⁶ A estrutura do trabalho foi com base na orientação de: In: Célia de Sousa M. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade; 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996, complementado com outros autores na área de construção de Projecto de Pesquisa.

No sexto e último capítulo (VI) do trabalho, procedemos a interpretação dos resultados e fazemos a verificação da hipótese que orientou a realização da nossa pesquisa e tecemos as considerações finais face aos resultados, recorrendo aos subsídios anunciados nos fundamentos teórico-conceituais. E, por fim, procedemos à enumeração da bibliografia utilizada e os respectivos anexos.

CAPITULO I

Contexto

I. 1. A transformação política e económica em Moçambique

É necessário antes de entrarmos na análise das transformações trazidas pelo processo de reformas económicas, fazer uma breve retrospectiva de alguns aspectos que julgamos importantes e que caracterizam o período anterior.

Logo após a independência em 1975, Moçambique optou por uma linha de orientação socialista. Segundo Gobe (1994:4), essa linha foi, essencialmente, marcada por uma forte intervenção do Estado ao modelo das economias planificadas, onde se assistia a uma alocação administrativa dos recursos, ao estabelecimento de preços abaixo dos níveis de mercado por considerações relativas à equidade e a transformação do Estado no principal agente económico com a respectiva limitação da intervenção de agentes privados. Este contexto levou a economia do país a experimentar uma procura de bens e serviços perante uma oferta declinante.

Neste mesmo período e no que diz respeito ao desemprego, foram várias as visões tidas e as formas oficialmente adoptadas desde o Governo de Transição para a Independência e, depois dela, para fazer face ao fenómeno.

Ao nível institucional, foi criado o Serviço de Emprego de Moçambique (SEM), sob tutela do Ministério do Trabalho, que zelava pelas colocações, e como forma de combater o fenómeno (desemprego), criaram-se: os Campos de Reeducação; as Aldeias Comunais; as machambas do Povo e Estatais; as Cooperativas de Produção; as Zonas verdes; instituiu-se a "Operação Produção" e o "Trabalho Voluntário", não só no âmbito

do sistema político vigente, mas também para encaminhar todos os *improdutivos*⁷ da época para terem uma ocupação, uma vez que o sistema político vigente, tinha em vista a atribuição de uma ocupação a todos os indivíduos. *Assim, como forma de aumentar a participação, os marginais existentes nas cidades moçambicanas têm merecido da parte do Governo de Transição uma atenção muito especial. No Inhassume, por exemplo existe um campo de Reeducação para marginais. O valoroso trabalho político levado a cabo pela FRELIMO para a reeducação e integração na nova sociedade daqueles que foram mantidos isolados na sociedade colonial, não nos deixa dúvidas de que, o único caminho a seguir é aquele. Na sociedade moçambicana não vai haver lugar para os marginais, ladrões, prostitutas, drogados, etc. O Campo de Reeducação de Inhassume prova-nos como é fácil a sua reintegração na sociedade não explorada*⁸.

Pode-se entender que na altura, as soluções para o problema de desemprego, se davam no plano partidário, e o princípio básico era criar o espírito de *trabalho* a todos os desempregados que se encontravam nas cidades e não só. Era fundamental na altura a ideia do *equivalente em suor*, para promover o desenvolvimento, e assegurar a auto-sustentabilidade individual.

Um dos pilares da estratégia de desenvolvimento desenhada pela FRELIMO naquele período, foi a socialização do campo. Com esta política o governo pretendia aumentar a produção agrícola, uma vez que mais 80% da população vivia nas zonas rurais, ao mesmo tempo que melhoraria as suas condições de vida, pois, pressupunha-se que todos teriam ocupação. O governo da FRELIMO, decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas – às quais o governo deveria assegurar o aprovisionamento em sementes e outros insumos e, ao mesmo tempo a compra da produção de rendimento – com os camponeses organizados em aldeias comunais, que eram agregados populacionais onde o governo iria apoiar na construção de infra-estruturas sociais, como escolas centros de saúde e rede viária, mas tendo como base o poder económico das cooperativas e a mão-de-obra rural⁹.

O discurso sobre o desemprego esteve ligado ao discurso político, *Desde há muito tempo que achamos ser um dever da FRELIMO criar o espírito de trabalho às pessoas que*

⁷ Na altura o conceito era usado para a mesma significação de desempregado

⁸ Revista Tempo N.º 239 de 27 de Abril de 1975: 47

⁹ Extraído em -08.09.06, da página da internet: pt.wikipedia.org/wiki/História_de_Moçambique

estão desempregadas na cidade, aos vadios, etc. De maneira alguma poderíamos prender numa cadeia, ou afastar da cidade tais pessoas. Era e é necessário reintegrá-las na nova sociedade que estamos a construir. Criámos este campo (de reeducação,) para que parte dessas pessoas viessem aqui para serem reeducadas e ao mesmo tempo aprenderem a agricultura. Tivemos em atenção que se trata de pessoas que também têm o direito ao trabalho. A medida que deu origem à criação do Campo de Inhassume (sic), teve como base a quantidade enorme de desempregados existentes na cidade de Lourenço Marques¹⁰.

As diversas soluções criadas para estancar o fenómeno, eram estruturadas ideologicamente, com uma conotação de patriotismo e um sentido de construção de “homem novo” para uma “nova sociedade”¹¹, a Sociedade Socialista de então. No pós-independência aspirava-se por um país com pleno emprego, chegando a reportar-se que, *na etapa da Democracia Popular*¹², com o desenvolvimento da economia nacional, o flagelo do desemprego herdado do colonialismo, seria eliminado.

A grave crise económica causada pela guerra dos 16 anos e as estratégias de gestão adoptadas no pós-independência, contribuíram para a destruição de infra-estruturas económicas e sociais, principalmente nas zonas rurais, acrescida da seca prolongada. A estagnação económica que daí adveio, reduziu as oportunidades de emprego e induziu ao êxodo rural. Assim, foi apontado como causa principal do aumento do desemprego nos centros urbanos o constante afluxo de pessoas às cidades, consequência do subemprego rural, da falta de infra-estruturas de apoio no campo e do modelo trazido para o país pelo colonial-capitalismo¹³.

¹⁰ Ibidem:1975:47,48, na voz do chefe do campo de reeducação de Inhassune em Inhambane, que serviu para albergar os ditos “improdutivos” e vadios que pululavam pelas cidades.

¹¹ Numa perspectiva de sociologia política, *ideologia* designa um conjunto mais ou menos coerente de ideias e de crenças que influenciam os grupos ou que legitimam as respectivas formas de acção na sociedade (Dicionário das Ciências Sociais (1973)

¹² Revista Tempo N.º 332 de 13 de Fevereiro de 1977:27

¹³ Revista Tempo N.º 323 de 12 de Dezembro de 1976:35

I. 2. O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)

Na tentativa de inverter a situação de economia débil e a conseqüente degradação social, o Governo inicia um processo de estabelecimento de novas alianças, tendo com parceiros, instituições e governos de orientação capitalista-ocidental. Neste mesmo período, assiste-se a uma mudança no contexto internacional, com modificações das regras de jogo e das condições de cooperação. *Assim, para alguns, a necessidade imediata consistia num atraso tático da transformação socialista permitindo a recuperação da produção através do impulso da empresa privada... e havia também o reconhecimento que os imperativos da guerra e de preservar o carácter socialista do desenvolvimento exigiam uma intervenção continuada do Estado na economia,* (Mosca 1993:57, 58).

As reformas indicavam a disposição do governo moçambicano em introduzir mudanças fundamentais nas opções políticas, aspecto importante para que os países ocidentais aceitassem aprofundar as relações diplomáticas e económicas. O discurso político suavizou-se. A FRELIMO, no seu IV Congresso de 1984 (FRELIMO, 1987)¹⁴, anunciou o abandono do marxismo-leninismo. Iniciou-se um processo de aproximação com as antigas “autoridades gentílicas” e com as hierarquias da sociedade civil “tradicional”. O mesmo aconteceu com as igrejas. As relações com o exterior alteraram-se. As viagens das delegações de alto nível que após a independência se realizavam para o leste europeu, agora tinham como destino os países ocidentais, com o objectivo de procurar apoios económicos e financeiros, acrescida a necessidade da ajuda humanitária e o pedido da renovação da dívida. Para o ocidente, o que se colocava em causa, antes dos aspectos económicos imediatos, era a renúncia do socialismo e o estabelecimento da paz e da democracia “à ocidente a nível regional...”.

Foi assim que em 1987, depois das conversações com as instituições de Bretton Woods e do governo de Moçambique demonstrarem suas opções políticas, que iniciou-se o Programa de Ajustamento Económico que se denominou de Programa de Reabilitação Económica (PRE) (Mosca, 1999).

¹⁴ IV Congresso/Doc.02/1983

Esta nova linha de orientação apresentava características completamente opostas às do período anterior, pois promoveria o desenvolvimento de uma economia de mercado¹⁵. Acreditava-se que este sistema económico com seus mecanismos de alocação de recursos, da iniciativa privada como dinamizadora da actividade económica e da limitação da intervenção do Estado à gestão macro-económica, seria a mais adequada. Esta filosofia significou uma transformação radical da actuação do Estado na economia, bem como, da racionalidade imposta aos agentes económicos pelo modelo de economia centralmente planificada (Gobe, 1994:5). Aliado às dificuldades económicas, no cenário político interno, o país estava mergulhado numa guerra civil que contribuía para o desmantelamento da economia, que reduzia o raio de acção do Estado, sobretudo nas zonas rurais (Kenneth Hermele, 1990:11).

CAPÍTULO II

O ESTUDO

Para o presente trabalho foi formulado o seguinte problema:

II. 1. O PROBLEMA

O fenómeno do desemprego é parte integrante das relações do mercado. Constitui-se como elemento inerente a qualquer modo de produção, entretanto, sua natureza e magnitude estão condicionadas ao tipo de sistema económico, capitalista ou socialista, bem como as políticas públicas direccionadas aos trabalhadores.

A introdução do PRE (1987), mais tarde PRES (1989), significou o fim de uma economia centralmente planificada, e que privilegiava a acção colectiva e voluntária. Ele simbolizava a entrada do país na economia de mercado internacional e da liberdade de iniciativa privada no país.

Contrariamente ao modelo de economia centralmente planificada (1975-1986), a passagem para a economia de mercado, caracterizou-se por um sistema em que *o mercado constitui a articulação fundamental, na qual a adaptação continua das*

¹⁵ Designa-se por Economia de mercado o sistema económico em que o mercado constitui a articulação fundamental. *Os neoclássicos* (de 1870 até hoje) unificaram os diferentes aspectos da teoria económica numa ciência coerente dos comportamentos individuais e da sua coordenação pelos mercados (Introdução à Política Económica, 1995).

empresas e o bom funcionamento do sistema económico devem resultar da "obediência" aos mecanismos reguladores ditos naturais, assente em três ideias fundamentais:

- os mecanismos de uma economia de mercado são eficazes;
- os desequilíbrios que podem surgir são temporários e automaticamente eliminados por ajustamento de preços nos diferentes mercados;
- as políticas macro-económicas não são, pois, necessárias para corrigir os desequilíbrios, e a maior parte das vezes acentuam-nos em vez de os atenuar¹⁶.

Diante do processo de reestruturação económica e a consequente liberalização do mercado de trabalho, e a privatização de empresas, criou-se a chamada mão-de-obra excedentária, colocando assim um número considerável de indivíduos sem emprego, situação que no nosso entender estabelece uma relação com o fenómeno da nossa pesquisa. Deste modo, o discurso oficial sobre o desemprego/desempregado no novo contexto de economia de mercado é o que constitui o problema da nossa pesquisa, onde algumas questões se nos colocaram: *será que ao longo da história recente de Moçambique¹⁷ houve sempre uma mesma ideia Oficial sobre o desemprego? O que torna o período do PRES (1989) fundamentalmente diferente?* Neste sentido, urge fazer a seguinte pergunta de partida:

II. 2. PERGUNTA DE PARTIDA

Qual é o Discurso Oficial sobre o desemprego no contexto da liberalização económica PRES e, quais são as instituições que o produziram?

Ora, estudos sobre o desemprego foram feitos, no âmbito nacional e provincial, (Maputo particularmente), e tiveram como enfoque o binómio campo-cidade, seu impacto e amplitude, assim como a catalogação estatística dos desempregados. Os resultados daí advindos serviriam para que a posterior se desenvolvessem acções para "estancá-lo"¹⁸, o que tem a sua relevância.

¹⁶ Idem, (1995)

¹⁷ Pretendemos com isto referir, do período de economia centralizada para o sistema económico em curso.

¹⁸ Por exemplo, o desemprego e a sua ligação com o campo. Um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas - Centro de Estudos Africanos "CEA", (s/d); O desemprego e a crise da economia capitalista. Maputo, (CEA:1978); Relatório provisório sobre o desemprego no Maputo. (Maputo, CEA: 1978); A concepção do problema do desemprego. (Maputo, CEA, 1980).

II. 3. HIPÓTESE DE ESTUDO

Para a realização deste estudo temos como hipótese:

- O Discurso Oficial sobre o desemprego é influenciado pela racionalidade económica¹⁹ dominante no contexto do PRES.

II. 4. OBJECTO DE ESTUDO

O objecto deste trabalho é o Discurso Oficial sobre o desemprego no contexto da liberalização económica e Social(PRES)²⁰.

II. 5. OBJECTIVOS DE ESTUDO

Para o presente trabalho foram traçados os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

- Identificar e analisar o Discurso Oficial sobre o desemprego no contexto da liberalização económica e social²¹ (PRES), entre os anos de 1989 a 2004.

Mais especificamente:

- Definir o que é Discurso Oficial²² e entender os conceitos que estruturam este discurso através dos seguintes binómios: desemprego/desempregado, liberalização económica/privatização.

¹⁹ A racionalidade económica inicia em 1980 com 4/80, isto é, em 1980 com a Lei que determina o salário mínimo, em concomitância com a Operação Produção no contexto de Economia Centralizada.

²⁰ Não serão analisados neste estudo, outros aspectos que também fazem parte e que são reconhecidos como importantes, tais como o contrato de Trabalho, emprego formal e informal, e que poderão ser levados em consideração em um trabalho mais aprofundado, sobre o sistema de mercado capitalista; sem no entanto, dispensar a necessidade de sua utilização sempre que para tal se justificar

²¹ Individualismo e liberdade absoluta de todos os membros da sociedade, harmonia preestabelecida, em que o jogo das forças individuais resulta no bem geral... (Introdução à Política Económica, 1995).

²² Este pode ser entendido como tudo que é anunciado, declarado, ordenado, por uma autoridade reconhecida. Que emana, sai ou nasce do Governo, ou instituições afim (Extratos sobre Michel Foucault in: Semanal Informativo, Ano I, Edição n.º 011, de 29 de Setembro a 05 de Outubro, S. Paulo, 2003)

- Aprender a perspectiva deste discurso através de uma instituição governamental e outra sindical, na evolução deste fenómeno no país.

II. 6. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a elaboração deste trabalho, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo, fundamentado no método indutivo, onde o saber científico baseia-se na hipótese²³. A recolha e a revisão literária, incluiu a análise da documentação académica sobre os conceitos de—*Discurso Oficial, Desemprego/Desempregado, liberalismo económico, instituição, trabalho, reestruturação, privatização, modernização, etc.* Foram utilizados também documentos governamentais; relatórios de actividades e glossários do INEFP sobre o desemprego, a Política do Sector de Trabalho²⁴, a Lei do Trabalho, os Programas quinquenais do governo, dados numéricos do Ministério do Trabalho, Síntese de Trabalho²⁵ da III Sessão Ordinária do Comité Central da FRELIMO—*Reflexão sobre a Situação do Desemprego em Moçambique, etc.*

Também destacamos alguns trechos de reportagens sobre o assunto encontradas em certos veículos de comunicação social²⁶, como ilustração da repercussão desta questão no âmbito da sociedade. Com relação a informações retiradas das publicações consultadas para a realização deste trabalho, tomamos como procedimento citações livres²⁷.

II. 6.1. Trabalho de campo

A pesquisa bibliográfica foi complementada com o trabalho de campo, que consistiu na recolha de dados no terreno, onde privilegiamos as técnicas e métodos participativos - *entrevistas semi-estruturadas ou semi-directivas*²⁸ - individuais e/ou em grupos de

²³ A hipótese científica, proposição admitida a título provisório, deve ser (confirmada ou infirmada) pelos factos (Bachelard) Caderno de Apontamentos da Cadeira- Métodos e Técnicas em Ciências Sociais, 1998/99

²⁴ Boletim da República, Resolução n.º 6/97 de 4 de Março, I Série - Número 9, 3º Suplemento

²⁵ Da III Sessão Ordinária do Comité Central da FRELIMO (Matola, 21 de Dezembro de 2003)

²⁶ Jornal Notícias, Média Fax, Correio da Manhã, etc.

²⁷ É a reprodução de ideias e informações do documento, sem contudo, se transcrever as próprias palavras do autor (Wanda do Amaral, 1995)

²⁸ Raymond Quivy at all, (Manual de Investigação em Ciências Sociais, 1998)

interesse, a realizar no INEFP e OTM-Central Sindical, por se tratar de instituições ou organizações que, pela sua acção, área de trabalho e mecanismos da “estruturação” do fenómeno do desemprego, mais directamente se lidam, com a selecção de um número de unidades de amostragem proporcional ou por quotas²⁹, e pelo facto de as pessoas se sentirem mais livres para exprimirem as suas ideias do que em encontros formais (Quivy, 1998:71 e ss.).

As entrevistas basearam-se em guiões previamente elaborados (perguntas-guia sobre o tema em estudo- vide anexo 1), tendo como principal objectivo apreender as percepções, as interpretações do *Discurso Oficial* sobre o fenómeno de *desemprego* no processo do *PRES* naquelas instituições. Elas decorreram entre os meses de Agosto e Outubro de 2005, subdivididas em três partes principais: a primeira realizada entre os dias 14 e 15 de Agosto, com os representantes sindicais, e repetida entre os dias 28 e 29; a segunda decorreu entre os dias 21 e 22 de Setembro, com os primeiros dois técnicos do INEFP e a terceira e última, entre os dias 18 e 19 de Outubro. A pesquisa de campo incidiu sobre os actores institucionais com responsabilidades administrativas (autoridade) e sobre aqueles que pelas suas qualificações académicas e/ou profissionais, desempenhavam funções relevantes.

A principal limitante foi o factor tempo, o que tornou necessário reajustar constantemente o programa de trabalho, ao longo de todo o processo, devido a indisponibilidade dos entrevistados, alegada por vários motivos.

No total foram realizadas sete (7) entrevistas: quatro (04) no INEFP e três (03) na OTM-Central Sindical. Tratando-se de um estudo de caso, esta amostra, tem a ver com as instituições/pessoas que pela sua natureza, pertinência, responsabilidades e funções administrativas que desempenham, nos permitiu apreciar ou conhecer a totalidade do problema, uma vez que preenchiam um certo número de condições afecto a nossa pesquisa e, que poderiam fornecer informações relevantes permitindo-nos inferir sobre os resultados.

²⁹ Classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes (papel ou função), para o fenómeno a ser estudado, e nos permitir estabelecer categorias pre-definidas da população e obter casos, seguindo os métodos de conveniência. Também por se tratar de um tipo de amostragem que se aplica à estudos exploratórias como é o caso (António Carlos Gil, 1999:104)

II. 7. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Por razões metodológicas, delimitamos o tempo de estudo entre 1987, ano em que inicia o PRE, passando a PRES, em 1989, até o ano de 2004, pelo facto de, até este ano ter nos sido possível obter dados para a nossa pesquisa.

Decorridos 16 anos, desde a implantação do PRE (1987), até a introdução da componente Social "S", em 1989, houve mudanças que determinaram uma outra dinâmica de mercado de trabalho, de acordo com os preceitos do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). O período que vai da introdução daquele Programa e o processo da sua implementação, constitui o espaço temporal do nosso estudo.

O problema, o objecto de estudo, os objectivos e as hipóteses formuladas no âmbito deste trabalho, não só definiram os seus limites, como também obrigaram-nos, de um modo geral, a escolher como campo de investigação, o espaço moçambicano, ocorrendo a recolha de dados em Maputo, capital do país.

A escolha de Maputo-cidade, prende-se fundamentalmente por ser o epicentro político de Moçambique. Um centro aonde converge toda a vida do país e de onde parte a "voz de comando". É aí onde está concentrada a maior parte das instituições governamentais e sindicais que se relacionam ao nosso objecto de estudo. Entretanto, a análise dá-se sobre o Discurso Oficial sobre o fenómeno de desemprego no contexto da reabilitação económica e social (PRES), e tem em conta que o processo de reformas económicas é de âmbito estrutural.

Importante salientar que, o estudo aqui apresentado não esgota a problemática mas, ele deve ser visto como mais um contributo para o alargamento das reflexões a respeito.

II. 8. MOTIVAÇÃO

A motivação para o estudo do tema prende-se basicamente, ao facto de que o desemprego é um fenómeno social, cujas consequências se reflectem directamente na ausência de um rendimento que satisfaça as necessidades elementares dos indivíduos³⁰.

³⁰ Vide a nota introdutória deste estudo, sobre o "trabalho"

A proposta económica adoptada, produziu resultados de estabilidade económica, mas é acompanhada de consequências sociais, como o desemprego. O desemprego, é um fenómeno intrínseco a toda organização social. E traz consigo a não realização individual e a não inserção no processo produtivo do país. A identidade pessoal do indivíduo desempregado, parece perder um sentido social que lhe é oferecido pelo emprego. Por outro lado, o desemprego é também um factor de exclusão social, na medida em que o desempregado se vê privado nas relações sociais, de um "status social" e coloca ao mesmo tempo à sociedade problemas específicos³¹.

II. 9. JUSTIFICATIVA

De entre os actuais domínios sobre os quais a sociologia do trabalho se delinea, o emprego e desemprego fazem parte da realidade social que interessa à pesquisa sociológica, uma vez que o desemprego obceca os espíritos; rege as condutas; orienta as opiniões e inspira os sentimentos. E como dissemos, o desemprego, é um fenómeno intrínseco a toda organização social e traz consigo a não realização individual e a não inserção no processo produtivo do país, o que constitui um factor de exclusão social.

Entendemos que a pesquisa sobre o desemprego/desempregado no novo contexto económico, através do *discurso oficial*, vai contribuir não só na percepção do fenómeno, como também, nos conceitos que o estruturam.

CAPITULO III

REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo trazemos alguns aspectos que ditaram a introdução do PRE em 1987, passando a PRES em 1989 e, os efeitos deste programa na massa laboral. Em seguida, apresentamos alguns trabalhos que retratam a problemática do desemprego em Moçambique e noutros espaços geográficos e, por fim o enquadramento teórico e conceptual.

³¹ O caso de indivíduos que mesmo procurando uma ocupação formal/emprego e não encontram, acabam na vadiagem, marginalidade, ócio, delinquência juvenil, empobrecimento, vulnerabilidade, etc.

III. 1. O Programa de Reabilitação Económica (PRE)

Em Moçambique, o processo de reformas económicas iniciado nos anos de 1980, que culminou com a adesão às instituições de Bretton Woods - Banco Mundial (BM), *África-Carribean Pacific* (ACP) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que fez com que o país se tornasse o seu 148.º membro, (24 de Setembro (1984)³². O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), materializado pelo PRE teve o seu prenúncio na tomada de posse do primeiro Primeiro Ministro³³ da então República Popular de Moçambique, onde ele dizia: *Para falar da economia do nosso país, nada mais ilustrativo que a necessidade imperiosa de "agir" para não se verificar ruptura total do sistema económico e financeiro*. Ele deixaria ainda antever profundas medidas económicas com vista a alterar o quadro económico do país que se traduzia no programa adoptado. E, a posterior, *Um enérgico e profundo programa PRE, visando o reajustamento e a reabilitação económica do país, aliás imperioso*³⁴. Ao se anunciar este programa, tinha-se como objectivo principal:

*Restabelecer os equilíbrios macro-económicos e restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento económico, revertendo as tendências de crescimento marcadamente negativas que até então se registavam e a conseqüente degradação social sem perspectivas de qualquer melhoria*³⁵. Este objectivo deveria ser alcançado de entre outras acções, pela retirada do Estado da actividade produtiva e através da privatização das empresas estatais e intervencionadas; a liberalização dos preços, de forma a reflectirem a escassez dos recursos; assim como do mercado de trabalho e suas transformações, e outras medidas estruturais ao nível sectorial. Como resultado, os capitais estrangeiros instalam-se e o sector económico do Estado reduz-se com o programa das privatizações. Iniciava assim o Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987.

A adesão do país às instituições internacionais BM e FMI, teve como objectivo a mobilização de recursos externos para o fornecimento de um programa económico

³² Revista Tempo N.º 730 de 07 de Outubro de 1984:8

³³ O primeiro "Primeiro Ministro" de Moçambique independente foi Mário da Graça Machungo. Revista Tempo N.º 826 de 10 de Agosto de 1986

³⁴ Foi oficialmente anunciado, na altura pelo Joaquim Alberto Chissano, então Presidente da República de Moçambique, numa conferência de imprensa concedida em Maputo (Janeiro de 1987), Revista Tempo N.º 847 de 04 de Janeiro de 1987

³⁵ Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social (1995)

voltado para o crescimento, sobretudo com a recorrência à políticas económicas correcionais, como a desvalorização da moeda, a liberalização de preços e a redução de subsídios. Estas medidas deveriam concorrer para a promoção da produção nacional, a expansão do emprego e a estabilidade do salário real³⁶. O PRE deve ser visto como um programa tradicional de gestão da procura, através da redução da despesa pública, juntamente com uma liberalização da economia³⁷.

De acordo com um estudo da Agência de Informação de Moçambique(AIM)³⁸, durante o primeiro ano de implementação de programa(1987), as medidas de ajustamento estrutural tomadas, induziram mudanças na economia de Moçambique. Todavia, estas medidas têm exigido severas restrições nas despesas públicas; nesse âmbito, muitos empregados considerados excedentários foram despedidos das empresas privatizadas e ou de gestão conjunta publico/privado, (Gobe, 1995:6).

Não obstante, o PRE ter registado alguns índices de crescimento económico com a entrada do investimento estrangeiro, a precaridade das condições sociais subsistiam com o aumento das desigualdades em termos de acesso aos serviços básicos, as oportunidades de emprego. Isto é, as reformas, embora tivessem introduzido algumas melhorias de abastecimento nas cidades, não foram capazes de inverter a crise, que tinha deixado de ser económica para alcançar os valores dominantes da sociedade. O tecido social no que respeita aos mecanismos de reprodução social das famílias e das instituições formais e informais, estava desarticulado. As mudanças e rupturas bruscas dos ditos “mecanismos naturais de regulação social” produziram desequilíbrios e novos comportamentos, sejam individuais ou sociais. A estes aspectos, acrescenta-se a debilidade do Estado para administrar o território e garantir os direitos dos cidadãos, (Mosca, 1999).

A sobrevivência voltou a constituir o objectivo principal das economias familiares que actuavam em situação de instabilidade, em ambientes produtivos desadaptados dos sistemas de produção “tradicionais”, (Idem, 1999). As populações urbanas são de facto as mais afectadas pelo impacto negativo do PRE. No entanto, no mundo rural, apesar de se ter também assistido a uma melhoria nos primeiros anos do PRE, a tendência foi de baixa a partir de 1989, João F. Pavia (2000). O então Presidente da República de

³⁶ Paulo Nicua Mole, in Carlos Nuno Castelo Branco (1994:158)

³⁷ Economia e Política-Moçambique e as Instituições de Bretton Woods(2000)

³⁸ Agência de Informação de Moçambique (AIM, 1988)

Moçambique³⁹, alertava a população para estes efeitos nos seguintes termos: “No curto prazo, as consequências sociais não serão favoráveis para uma parte da população que compreende os desempregados e suas famílias, trabalhadores cujos salários não são suficientes para sustentar as suas famílias, pensionistas, órfãos, pessoas deslocadas e vítimas da seca e da guerra. Isto é, o resultado da subida dos preços e da diminuição dos subsídios aos consumidores...”⁴⁰.

A severidade do PRE, nas camadas sociais de baixo rendimento, aumentou a desigualdade social e a pobreza. A integração da componente social (S) no programa, em 1989, passando a PRES, é o reconhecimento pelo Governo dos efeitos nefastos sobre as camadas sociais mais vulneráveis⁴¹, e este será o programa de reajustamento económico onde se enquadra o nosso estudo.

III.2. O Programa de Reabilitação Económica e Social(PRES)

O Programa de Reabilitação Económica e Social substitui o PRE, e foi iniciado em 1989. Foi neste ano que inicia o processo de privatização das empresas estatais e intervencionadas, que paulatinamente passam para a gestão privada, ou para a gestão conjunta público/privado. A componente económica-liberal, o livre mercado e a privatização tornaram-se dogmas que norteariam as políticas, vistos como solução para a estabilização da economia e a atracção de investimento estrangeiro, como é o caso, por exemplo, da Fundação de Alumínio Mozal; do Parque Industrial de Beluluane em Maputo; do Gás de Pande e Temane-Secunda em Inhambane; das Areias Pesadas de Chibuto em Gaza e de Moma em Nampula; do Complexo Petroquímico da Beira; Terminal Oceânico e Porto Ponta Dabela; a reabilitação da linha-férrea de Sena e Zona Económica Especial de Nacala; etc.

O resultado do PRES é que a liberalização destruiu cada vez mais a estrutura de produção nacional, isto é, as medidas para atingir os objectivos a curto prazo minaram as condições para se atingir o objectivo do próprio programa, tanto a curto como a longo prazo (Abrahamsson et al, 1994:302).

³⁹ Na altura Joaquim Aiberto Chissano, numa entrevista em Dezembro de 1988

⁴⁰ Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods (2000)

⁴¹ Paulo Nicua Mole, in Carlos Nuno Castelo-Branco (1994)

A mudança de nome prende-se fundamentalmente com a mudança de política que o Banco Mundial e o FMI iriam incentivar. A dimensão social do ajustamento passa a ser objecto de maior atenção por parte das instituições de Bretton Woods, precisamente devido à crescente deterioração dos indicadores sociais a que se vinha assistindo. O que se pretendia fazer é dar mais atenção aos sectores mais carenciados da população, de maneira a tentar combater a pobreza absoluta em que se encontrava grande parte dela. O “Policy Framework Paper” (1990)⁴² é bastante claro neste aspecto, um dos seus elementos fundamentais é o combate à pobreza através da distribuição de alimentos e medicamentos. A mais longo prazo pretende-se estabelecer e organizar canais seguros de logística e distribuição da ajuda alimentar. Como também, analisar os efeitos da distribuição gratuita de mercadorias (comida, sementes, ferramentas e adubos) nas estruturas de produção e dos mercados agrícolas. Por isso, a ajuda de emergência é implementada em estreita combinação com a política económica do PRES, nomeadamente nos preços agrícolas e no programa de investimentos, João F. Pavia (2000).

Os resultados das privatizações decorrentes do PRES, pelo menos a curto prazo, também produziram “consequências não intencionais”, pois, aumentaram sobremaneira o índice de trabalhadores “marginalizados” no processo produtivo, a dita “força excedentária”, como aconteceu com os trabalhadores das empresas: CFM; Indústria da Castanha de Cajú; Vidreira de Moçambique; Banca; Textáfria de Chimoio; Texlom, Fábrica de Fogões Zuid, Metalbox, Riopel Texteis, Fábrica de Cervejas Laurentina, Maquinag, Ufa, Romos, IMA, CIFEL, ambas em Maputo; Celmoque, em Sofala, a Mabor em Maputo; Efripel, Fábrica de açúcar em Luabo, na Zambézia, etc., só para citar algumas. Parte destas empresas foi à falência, as que continuaram a laborar, os níveis de emprego caíram, como foi o caso da Fábrica de Cervejas Laurentina; a empresa Cipel, Ufa, em Maputo; ex-Companhia do Buzi, em Sofala; etc. Os desempregados, a dita “força excedentária”, daí resultante, enfrentariam dificuldades para conseguir novas colocações.

III.3. O desemprego em Moçambique

Aqui reportaremos, através da literatura especializada o período pós-independência até a introdução do PRE/PRES, e o processo da sua implementação. Também apresentamos

⁴² Citado por João F. Pavia (2000)

informações veiculadas pelos “mídias” nacionais que, embora não sejam estudos acadêmicos, entendemos que traduzem um olhar sobre o desemprego. E, por fim, reflectimos sobre o trabalho de alguns teóricos sociais que fazem uma abordagem estruturada sobre o fenómeno do desemprego em geral.

III.4. Desemprego no pós-independência

Kurt Habermaier & Marc Wyts⁴³ no seu estudo “*Concepção do problema do desemprego*”, o fenómeno do desemprego é analisado na sua ligação com o fornecimento da mão-de-obra mineira sul-africana. Eles introduzem conceitos como desemprego *aberto e oculto*, que são noções constituintes da subutilização do trabalho no contexto do subdesenvolvimento, a maneira em que este “exército” se constituiu nos seus componentes flutuantes (ou abertos) e latentes (ou ocultos), assim como as diferentes formas de emprego esporádico ou irregular.

Naquele estudo o desemprego é visto na sua ligação com a crise da economia colonial e com a integração das formações sociais moçambicanas dentro do sistema capitalista internacional e ainda no contexto das formações sociais, com a articulação do modo de produção capitalista com formas pré-capitalistas e semi-capitalistas de produção. Quanto ao “exército de reserva de mão-de-obra”, apropriaram-se do conceito marxista, ao referirem-se aos desempregados.

Segundo os autores, no período pós-independência, a preocupação com o problema do desemprego e com o êxodo rural foi traduzida, com a criação de machambas estatais, cooperativas e aldeias comunais⁴⁴. Afim de colmatar o desemprego ou a subsistência dos membros da sobrepopulação nas cidades, havia que se criar formas de redistribuição do rendimento dentro da classe laboral como um todo, se bem que a intervenção do Estado em termos de assistência médica, educação das crianças, etc., suprimia parte de algumas destas necessidades.

Num outro trabalho *Relatório Provisório sobre o Desemprego no Maputo*, feito pelo CEA em colaboração com o Partido FRELIMO e o Ministério do Trabalho, apontava-se que numa primeira fase, ter-se-ia identificar os indivíduos que procuravam trabalho.

⁴³ Centro de Estudos Africanos (CEA-UEM:S/d)

⁴⁴ As aldeias comunais faziam parte das estratégias de desenvolvimento rural do país. Era nas aldeias comunais onde eram concentradas as populações que viviam no campo de forma dispersa, lá criavam-se condições para que todas as pessoas tivessem ocupação, mesmo que não fosse emprego remunerado.

Tinha se como objectivo entrar em contacto com a problemática a tratar (desemprego), de modo a adquirir uma percepção inicial que permitisse identificar os aspectos principais e secundários⁴⁵. Para além de se pretender estudar na sua globalidade os fenómenos de desemprego e subemprego na cidade e no campo, e a sua interligação predominantemente manifestada no fluxo para as cidades; também se pretendia visualizar o desemprego como problema urbano e os aspectos que o integravam.

A conceptualização foi a de que, o desemprego é uma característica particular do desenvolvimento capitalista, tendo como teoria básica a análise marxista da *apropriação dos meios de produção pela classe capitalista que o desemprego surge como característica inerente à sociedade.*

Na mesma linha, um outro estudo que se destaca: *Desemprego e sua ligação com o Campo: Um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas⁴⁶*, no âmbito de uma Comissão criada pelo Governo para estudar o assunto. A visão apresentada neste trabalho, foi a de que *as condições de subdesenvolvimento numa economia imposta pelo colonialismo, significam que o desemprego recai predominantemente sobre a base rural e, no caso de Moçambique, especialmente nas províncias do Sul, isto resulta do fenómeno enraizado da exportação de mão-de-obra, que penetrou e minou a economia camponesa devido à procura de força de trabalho migrante e barata.* O objectivo foi, o de estudar as áreas rurais para identificar-se a fonte do problema do desemprego.

Já o relatório *Programa e etapas de trabalho do grupo encarregado do estudo do desemprego⁴⁷*, tinha como objectivo a classificação tipológica dos desempregados, a fim de que servisse de base para a definição de estratégias de solução dos problemas adequados a cada grupo específico, através da aplicação de um inquérito e da análise dos seus resultados, assim como de estatísticas já elaboradas ou a elaborar pelo Ministério do Trabalho, proceder-se a uma. Tinha como campo de estudo, dois bairros periféricos da cidade de Maputo (Chamanculo e Inhagóia), afim de se detectar as formas e uma indicação aproximada da amplitude do subemprego. Nesta etapa, o trabalho articular-se-

⁴⁵ Centro de Estudos Africanos (CEA-UEM:1978). Neste Relatório, considerou-se desempregado pessoas que procuravam trabalho, ou as que dirigiam se ao sector de Colocação ou desempregados ali inscritos.

⁴⁶ Centro de Estudos Africanos (CEA-UEM: 1979)

⁴⁷ UEM-CEA, MI/PIC (S/d)

ia á volta das Ajus⁴⁸ e, o enfoque principal seria o campo, através do estudo de pequenas áreas relacionadas, e fundamentalmente focado no problema do camponês pobre.

III.5. Desemprego no contexto do PRE/PRES

Em contrapartida, o “Relatório Nacional de Moçambique sobre o *Desenvolvimento Social (1995)*”, salienta que, Moçambique, à semelhança de outros países atravessava uma crise económica que se caracterizava pela limitada capacidade de absorção e utilização da força laboral. Esta situação representava desperdício do potencial humano para o processo de reconstrução nacional em curso. Segundo este relatório, no contexto mundial, Moçambique não constituía uma excepção no fenómeno do crescimento do desemprego e subemprego. A população em idade activa que procura emprego pela primeira vez, estava na faixa etária entre 18-29 anos.

Para além do crescimento populacional, são aí apontadas outras razões causadoras do desemprego:

i) *A crise económica causada pela guerra e as estratégias de gestão adoptadas no pós-independência, que destruíram infra-estruturas económicas e sociais, provocando uma estagnação económica, o que reduziu as oportunidades de emprego e induziu ao êxodo rural;* ii) *as medidas de ajustamento estrutural têm exigido severas restrições nas despesas públicas; nesse âmbito muitos empregados considerados “excedentários” foram despedidos das empresas em processo de privatização.*

Paulo Nicua Mole⁴⁹, aborda o impacto social do PRES e observa que o emprego assalariado global permaneceu estável até 1987, cerca de 87.000 trabalhadores. Em 1989, o emprego no sector público diminuiu 10% e o nível global de emprego diminuiu em 28,6%. Segundo ele, de acordo com o IAF-91⁵⁰, a Cidade de Maputo apresentava um índice de desemprego de cerca de 10%, distribuídos entre as categorias de *indigentes* (12,1%), *pobres* (11,1%) e *não pobres* (5,2%). Entre as camadas indigentes, o maior desemprego era masculino (12,4%) em relação ao feminino (9,6%). Entre os grupos

⁴⁸ Actividades de Julho, certas actividades que eram obrigatórias para os estudantes universitários (UEM) e que deviam ser realizadas no mês de Julho de cada ano lectivo, que na altura coincidia com o período de férias.

⁴⁹ In Carlos Nuno Castelo-Branco (1994:164,165,166)

⁵⁰ Inquérito do Agregado Familiar realizado em 1991

pobres e não pobres, a maior taxa de desemprego ficava com as mulheres (13,2% e 9,5% respectivamente), do que entre os homens (9,8% e 2,2%). O estudo aponta, então, que as famílias com desemprego masculino são as mais susceptíveis de se situarem abaixo da linha de pobreza. A partir de 1990, regista-se um decréscimo acentuado do emprego, em especial nas empresas privadas e em processo de privatização.

A seguir apresentamos alguns dados que ilustram o movimento da força de trabalho (Tabela 1), que no período 1991-1995, atingiu uma taxa média de crescimento de 8,6 do total e uma máxima de 9,4 nas mulheres, comparativamente a 7,8 nos homens, e no período 1995-2000, a taxa média de crescimento daquela força decresceu consideravelmente.

Movimento de força de trabalho (acumulado), registado segundo o sexo, de 1988 a 200

Sexo	Força de Trabalho (Milhares)				Taxa média de Crescimento		
	1988	1991	1995	2000	1988-1991	1991-1995	1995-2000
Total	5276	6090	8469	9751	0,1	8,6	2,9
Homens	2698	2986	4025	4660	0,1	7,8	2,9
Mulheres	2974	3104	4444	5091	0,0	9,4	2,8

Fonte: INE, Inquérito Demográfico Nacional, força de trabalho e a sua utilização em Moçambique; Maputo, 1991

registada e o número de desempregados inscritos segundo, o Anuário Estatístico e o ano a que se refere.

III.6. Mídia e desemprego

Ainda no contexto do PRES, os "médias" nacionais como é o caso do jornal Notícias, dava a conhecer que, *a racionalização da mão-de-obra na empresa Caminhos de Ferro de Moçambique, Empresa-Pública (CFM-EP), poderá atingir cerca de 10.000 trabalhadores até ao final deste ano (2002)... e, até ao princípio de Agosto tinham sido efectivamente desvinculados 5.431 trabalhadores, enquanto constam outros 2.674 ainda do mesmo processo*⁵¹.

Aquele jornal informava que *antes da reforma, os CFM tinham uma mão-de-obra global de 19.387 trabalhadores, número considerado insustentável para uma empresa que está inserida num mercado regional bastante competitivo. Depois de vários estudos, quer dentro quer fora da empresa, concluiu-se que o número ideal de trabalhadores seria de cerca de seis mil, o que significava que a instituição deveria demitir, pelo menos, 12 mil.*

⁵¹ Jornal Notícias de 10 de Maio de 2002, página Economia e Negócios: 1

Neste processo de racionalização da força de trabalho, estimou-se que cerca de 49% dos trabalhadores excedentários teria mais de 51 anos de idade. No que respeita ao nível académico, cerca de 91% tinha apenas o ensino primário do segundo grau, o que segundo alguns círculos de opinião, esta força laboral enfrentará sérias dificuldades para arrumar novo emprego⁵².

Outra informação dá conta de que a Associação dos Industriais de Cajú indicava como resultados práticos da liberalização, para além da paralisação de 12 unidades industriais..., há dez mil empregos perdidos, afectando a vida de cerca de 60 mil pessoas....⁵³.

Num outro artigo, reportava-se que os investimentos aprovados entre 1992 e 2000 totalizam cerca de 6.03 biliões de dólares norte-americanos, com capacidade para gerar directamente mais de 179.000 postos de trabalho. Contrariamente a esta tendência de aumento das oportunidades de emprego resultante do crescimento da economia e de novos investimentos, assiste-se no mercado do trabalho, ao aumento da população desempregada, essencialmente por duas razões: desvinculação dos trabalhadores por motivo da falência ou por dificuldades económico-financeiras da maior parte das empresas recém-privatizadas e a reestruturação das grandes empresas nacionais, que atravessam processos de reorganização e modernização, com o objectivo de alcançar eficiência e competitividade.

As empresas moçambicanas, possuem uma capacidade de absorção muito limitada e marginal da mão-de-obra excedentária... ou seja, embora as perspectivas de oferta de trabalho sejam favoráveis a médio e longo prazo, a curto prazo assiste-se à retracção da oferta de emprego no sector formal, referia-se o matutino.

O artigo explica ainda que, o mercado informal tem vindo a crescer e a absorver grande parte da população desempregada. A escassez de oportunidades de emprego é genérico em todo o país, com maior incidência para as zonas centro e norte. Dados disponíveis do Ministério do Trabalho mostraram que havia um défice considerável entre os

⁵² Jornal Notícias de 27 de Setembro de 2002, página Economia e Negócios: 4, 5

⁵³ Jornal Notícias de 11 de Outubro de 2002, página Economia e Negócios: 7. Patel, (um economista da praça) também apoiado por um estudo elaborado por economistas das universidades de Harvard, Tufts e Stanford, com o título "When Economic Reforms Goes Wrong: Cashew In Mozambique"

*desempregados inscritos e as ofertas de emprego. Em 2001, o défice situou-se nos 9.150 trabalhadores, representando uma cobertura da procura de trabalho de apenas 35%*⁵⁴.

O jornal "Expresso da Tarde, através de uma entrevista com a secretária-geral do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, indicava em pelo menos 1.800 trabalhadores do sector bancário moçambicano que haviam sido despedidos desde 1999, devido a reformas em curso. Ela esclarecia que a modernização da banca e a consequente introdução de novas tecnologias, colocava vários trabalhadores na situação de excedentários, levando o patronato a prescindir dos seus serviços⁵⁵.

Enquanto isso, e de acordo com o Correio da Manhã, em Moçambique o desemprego aumentou em pouco mais de 13 mil novos casos, onde as explicações, poderiam ser buscadas no controverso processo de privatização. A mesma fonte salientava que, até finais de 2002 estariam oficialmente inscritos pouco mais de 131.340 desempregados, contra cerca de 122.390 do ano anterior e perto de 109.200 desempregados do ano 2000. Do total dos desempregados registados até 2002, apenas cerca de 10.000 tiveram colocação em várias unidades de produção que estão sendo criados no âmbito do surgimento de novos postos laborais gerados pelos projectos de desenvolvimento.

O director provincial de Trabalho (Cabo Delgado), descreveu ao jornal Notícias que, cerca de 9.500 pessoas viviam sem emprego naquela província, cifra entretanto que considerou não muito real, tendo em conta que não inclui os estudantes do Instituto de Emprego (que na altura recebiam formação profissional), bem assim susceptível de ser influenciada pelo próprio conceito de desemprego actualmente vigente⁵⁶.

Aquele director, disse, por outro lado, que necessitava-se de redefinir o conceito, tendo como base um levantamento estatístico mais aproximado à realidade. Naquela época, a direcção provincial pretendia levar a cabo um inquérito de identificação da ocupação das pessoas em toda a província. Segundo ele, muitos, provavelmente se consideram desempregados pelo simples facto de não estarem vinculados a um contrato com instituições do Estado ou por ganharem a vida sem ligação com um patrão.

⁵⁴ Jornal Notícias de 08 de Agosto de 2003, página Economia e Negócios

⁵⁵ In Expresso da tarde de 11 de Dezembro de 2003:1

⁵⁶ No Glossário do INEFP, consta a definição de "Desemprego Registado (Acumulado), como sendo pessoas sem emprego, disponíveis para trabalhar que no final do período em análise permaneciam inscritas nos Centros de Emprego

Muitos consideram se desempregados estando mesmo ocupados, como é o caso dos camponeses e pequenos comerciantes. Até nas zonas rurais podemos encontrar pequenos comerciantes que empregam, por sua vez, outros nas suas barracas, por exemplo, e há camponeses que pensam que são desempregados. Por isso, queremos saber de facto quantas pessoas estão absolutamente desempregadas para termos números exactos, disse aquele director⁵⁷.

Uma outra notícia dá a conhecer que, perto de onze mil postos de trabalho foram perdidos no país desde o 1.º de Maio de 2003, segundo estatísticas apresentadas em Maputo pela Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical)... De acordo com aquela organização, esta situação resulta de situações ligadas ao Programa de Reajustamento Económico e à prevalência de má gestão das unidades produtivas⁵⁸.

O jornal electrónico Médiafax chamava a atenção pelo facto de que os índices de desemprego em Moçambique estão a aumentar, em consequência da falência de muitas empresas privatizadas, do chamado processo de reforma institucional e da racionalização da força de trabalho. A maior parte das empresas que estavam a laborar em pleno estariam reduzindo os seus efectivos, devido à introdução de novas tecnologias, mas também para reduzir os custos operacionais e equilibrar os balancetes⁵⁹.

III.7. Desemprego segundo alguns teóricos

Autores como Pierre Bourdieu (1979:85 e ss.), em *o Desencantamento do Mundo: Estruturas Económica e Estruturas Temporais*, argumenta que, os indivíduos interrogados sobre as causas do desemprego, traduzem as formas e os tipos de desemprego de acordo com o grau de consciência de uma mesma situação apreendida através de experiências diferentes. Com efeito, desde a demissão pura e simples até à totalização coerente, passa-se por uma série de gradações. “Há desemprego” ou “há desemprego em demasia”, “não há trabalho” ou “não há trabalho suficiente”, “há muita

⁵⁷ Jornal notícias de 20 de Março de 2004: Aqui levanta se a questão da definição do conceito de desemprego/desempregado, como é desígnio deste trabalho.

⁵⁸ Jornal Notícias de 27 de Abril de 2004:1

⁵⁹ Extraído em 18/03/04, da página da Internet: Jornal «Médiafax».
<http://www.jornaldigital.com/imprimir.php?idnoticia=17761>

gente” ou “há gente em demasia”. Essas gradações, por rudimentar que sejam, funcionam só na aparência, já que o desemprego obceca os espíritos; rege as condutas; orienta as opiniões; inspira os sentimentos, e muitas vezes escapa à consciência e ao discurso sistémico. É o centro invisível em torno do qual gravitam os comportamentos, o ponto de fuga virtual da visão do mundo.

Se a consciência do desemprego pode existir sem conseguir formular-se senão na linguagem das práticas ou em um discurso que faz um pleonasma com a realidade, ela pode também, estar totalmente ausente. Com efeito, enquanto o *trabalho* se define como função social, as noções de desemprego ou subemprego não podem se formar. A aparição da ausência do desemprego marca, pois, uma conversão da atitude com respeito ao mundo.

Para o autor (1979:87 e ss.), *o desemprego pode em primeiro lugar existir “em si” , sem ser apreendido enquanto tal; num segundo momento, a consciência do desemprego pode se manifestar na prática sem explicitar-se ou unicamente em formas muito rudimentares de discurso tais como no enunciado pleonástico e tautológico⁶⁰ do dado*. Numa sociedade obcecada pelo emprego, os trabalhadores que têm a segurança de um emprego permanente e de rendimentos regulares, formam uma categoria privilegiada. Mas o desemprego, traz uma desorganização sistemática da conduta, da atitude e das ideologias. Interdizendo-lhe o preenchimento da sua função económica, a falta de emprego regular ameaça a função social do chefe da família, isto é, sua autoridade na família e sua respeitabilidade fora dela.

Na perspectiva de Herman Carmo⁶¹, O desemprego representa um factor de exclusão social na medida em que o desempregado se vê privado da participação nas relações sociais e, de um status social. O autor sustenta que, os desempregados representam um conjunto da população particularmente vulnerável, e que coloca à sociedade problemas específicos. Estes problemas dizem respeito à garantia de um rendimento. À esse grupo, há que ser oferecido oportunidades de formação e de participação em actividades sociais que substituam a inserção social pela via do emprego.

⁶⁰ Redundante e em que há tautologia, isto é, proposição dada como explicação ou como prova, mas que na realidade, apenas repete em termos idênticos ou equivalentes o que já foi dito.

⁶¹ In João Ferreira et al. (1992:53,54)

A principal medida de apoio aos desempregados, é o subsídio de emprego, destinado a compensar a perda de salário. A precaridade do estatuto económico que caracteriza a situação dos activos desempregados, resulta de uma inserção marginal no mercado do trabalho, cujas consequências são a insegurança constante, o baixo nível de rendimento e a ausência da cobertura social. Grande parte dos indivíduos economicamente activos encontra-se no emprego informal ou no comércio informal, e alguns deles têm acesso às profissões desqualificadas e com menos prestígio, por isso, menos remuneradas.

A diminuição da dimensão organizacional das empresas, é uma realidade e atrai para o mercado de trabalho muitos milhares de trabalhadores que podiam ter pensado que tinham um emprego para toda a vida (Anthony Giddens (2000:401). Para encontrarem emprego de novo, podem ser forçados a desenvolver e diversificar as suas capacidades.

Muitos, especialmente as pessoas mais velhas, podem nunca mais conseguir encontrar empregos compatíveis aos que tinham antes, ou talvez mesmo, qualquer trabalho remunerado. A experiência do desemprego pode ser muito perturbadora para os que se habituaram a ter empregos seguros. A consequência imediata é a perda de rendimentos e os efeitos desta variam de país para país, em consequência das diferenças nos subsídios de desemprego. Segundo ele, os governos podem intervir para aumentar o nível da procura de emprego o que leva à criação de novos postos de trabalho. Muitos passam a acreditar que a gestão económica do Estado faz com que se reduzam os índices elevados de desemprego os quais passariam a pertencer ao passado.

Max Weber (1996:33,34), em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, afirma que o homem é dominado pela produção do dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. Segundo ele, a aquisição económica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais.

Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, é um princípio orientador do capitalismo. A empresa dos dias actuais é um imenso cosmos, no qual o indivíduo nasce, e que se apresenta a ele, como uma ordem inalterável, e na qual ele deve viver. Obriga o indivíduo, na medida em que ele é envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras capitalistas. Para ele, o industrial que permanentemente se opuser a estas normas será economicamente eliminado, tanto quanto o trabalhador que não puder ou não quiser adaptar-se a elas será lançado à rua sem trabalho. Assim, o capitalismo,

guia a vida económica e escolhe os empreendimentos e os trabalhadores de que necessita através da selecção económica dos mais aptos.

CAPÍTULO IV

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Diante da diversidade de elementos que constituem o presente estudo, verificamos que uma série de noções necessitam de um melhor enquadramento teórico-conceptual. Neste sentido, optamos por trabalhar com dois grupos de conceitos: os conceitos-chave que são: Discurso Oficial, Desemprego/Desempregado, Liberalismo Económico e Privatização, e, os conceitos complementares: Emprego, Trabalho, Reestruturação, Modernização e Instituição. No nosso entender estes conceitos articulam-se com o tema em questão e, desta forma, faremos uma leitura dos seus significados. Esta leitura encontra-se ao longo deste trabalho, e será feita a partir da relação entre os dois grupos conceituais.

IV. 1. Formação Discursiva

A noção de *Discurso*, é objecto de muitas definições. Define-se como um arrojado, portanto fundado na razão. Sustenta-se que a noção de discurso expressa de um modo genérico, as virtualidades de sentido características do dom da fala (e por extensão da linguagem escrita) e é por isso associado à capacidade intelectual do homem: é assim utilizada como modo de expor ideias, uma série encadeada de raciocínios. Vê-se assim delimitado como aquilo que nos dá a forma pela qual um conteúdo, uma verdade, uma acção se realiza e, como modo de construção da realidade social.

Paulo Ricuer (1988:16), em "*O Discurso da Acção*", argumenta que, no positivismo lógico, só têm sentido as proposições que descrevem factos e que se podem verificar empiricamente. Todavia, a ideia de que existe sentido fora da descrição dos factos e da verificação empírica é uma conquista considerável em relação ao cânone da epistemologia positivista. A linguagem da acção «faz sentido» numa situação que não é de observação, mas precisamente enquanto informa o próprio agir no processo da transacção que decorre de agente para agente.

O enfoque de formação discursiva proposto por Michel Foucault⁶² aponta, a relação entre as práticas discursivas e os poderes que o permeiam, as condições de sua emergência, as regras que presidem o seu surgimento, seu funcionamento, suas mudanças, seu desaparecimento em uma dada época, assim como as novas regras que presidem a formação de novos discursos em uma outra época⁶³. Dada a estética apurada do discurso, este pode produzir programas que, muitas vezes, na prática não se materializam.

O discurso tem a força de moldar opiniões, pois está “preenche” de ideologia. Para ele, a formação discursiva, é para designar conjuntos de enunciados identificáveis por seguirem um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2004:8,9).

Michel Foucault⁶⁴, citado por Maingueneau (1997), sustenta que a prática discursiva é *um conjunto de regras anónimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa determinada área social, económica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa*. Ele, coloca, assim, em primeiro plano as condições institucionais de legitimação da posição do enunciatador. *É de certo o discurso que condiciona o indivíduo e não este, e o que nele se implica, que condiciona aquele* (Idem, 1971:38). *O discurso é poroso à praxis, e a praxis é modificada pelo discurso*⁶⁵, praxis no sentido de acção ou operação.

A modernidade é atravessada de ponta a ponta por estruturas discursivas. De um lado o discurso da ordem definido em termos económicos, sociais, políticos e morais; do outro o discurso da desordem. Cada um tem a sua patologia que é o discurso periférico, banido pelo discurso hegemónico. O discurso não é definível independentemente das relações que o constituem; é assim que se falará de “relações discursivas” ou “regularidades discursivas”, de preferência a discurso. É que o discurso em última análise é uma prática.

⁶² Michel Foucault, L'Ordre du Discours, 1971

⁶³ E-mail: teresabr@terra.com.br

⁶⁴ Michel Foucault. Archéologie du savoir, Paris, Gallimard, 1969

⁶⁵ Michel Foucault, O Homem e O Discurso, (1970:10)

A categoria de *prática discursiva* proposta por Foucault, é o indício dessa inovação teórica, no fundo materialista que consiste em não aceitar nenhum “discurso” fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem. A determinação principal da categoria arqueológica da “prática” é a “regra”, a “regularidade”. É a *regularidade* que estrutura a prática discursiva, é a *regra* que ordena toda a formação discursiva. É através de uma parte do aparelho do Estado que *nós* podemos enunciar; o Estado incarna, realiza um certo número de normas definidas em função de imperativos económicos. O homem é produto do discurso social e o poder está no discurso que constroem o homem⁶⁶.

Para Maingueneau (1997:43 e ss.), o acto de linguagem é também designado acto de fala ou acto de discurso. Trata-se da menor unidade que pela linguagem, representa uma acção (ordem, pedido, afirmação, promessa...), destinada a modificar a situação dos interlocutores. O autor acrescenta que qualquer acto de linguagem (falado ou escrito) se inscreve, assim num quadro institucional que define um conjunto de direitos e de obrigações para com os participantes. Ela deve satisfazer um certo número de “condições de utilização” que são outras tantas “condições de sucesso”, as quais tornam apropriado ao contexto. A oposição *escrito/oral* serve para caracterizar os dois pólos entre os quais oscila o discurso numa sociedade.

Por um lado, o polo «escrito» dos enunciados estabilizados, proferidos em contextos ritualizados; os participantes têm aí um estatuto fortemente restritivo (escritor, padre, político...) e os seus enunciados uma forte carga simbólica para a colectividade. Por outro, o polo das trocas instáveis e espontâneas das interações quotidianas.

Assim, as concepções comuns da sociedade não devem ser consideradas falsas ideias, mas tratadas como modos de organização da experiência social, como saberes. Para compreender os comportamentos dos *actores sociais* e as suas representações do mundo é preciso considerá-las no interior das situações em que estão envolvidos, ter em conta os seus projectos na construção do universo quotidiano.

A análise do discurso visa articular a sua enunciação com um determinado *lugar* social. Deste modo, a *análise do discurso* tem de se ajustar aos *géneros de discurso* na obra, nos sectores do espaço social (um café, uma escola, uma loja...), ou nos campos discursivos

⁶⁶ Extratos de Michel Foucault in: Semanal Informativo, Ano I, Edição n.º 011, de 29 de Setembro a 05 de Outubro, S. Paulo, 2003

(político, científico...). Comunidade discursiva são os grupos sociais que produzem e gerem um certo tipo de discurso. O recurso a esta noção implica que as instituições produtoras de um discurso não sejam “mediadoras” transparentes. Os modos de organização dos homens e dos seus discursos são inseparáveis, a enunciação de uma formação discursiva supõe e torna ao mesmo tempo possível o grupo que lhe está associado.

O discurso é uma forma de *acção social*, quer seja tomado numa perspectiva inspirada no “marxismo” (o discurso como praxis), quer numa perspectiva “pragmática” em que o discurso no domínio semântico trata das suas relações com a realidade. O autor fala da *prática discursiva* quando se trata de apreender uma formação discursiva como inseparável das comunidades discursivas que a produzem, de modo como surge e como se difunde: a formação discursiva é então pensada como um mesmo movimento, como conteúdo, como modo de organização dos homens e como rede específica de circulação dos enunciados.

O autor argumenta que, no quadro teórico do marxismo altusseriano, «qualquer formação social», caracterizável por uma certa relação entre «classes sociais», implica a existência de «*posições* políticas e ideológicas que não obra de indivíduos mas se organizam em *formações*, mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio». Estas formações ideológicas incluem «uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um Discurso, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição numa determinada conjuntura (Maingueneau, 1997:51 e ss.).

Jurgen Habermas (1978:309 e ss.), em “*O Discurso Filosófico da Modernidade*”, mais concretamente sobre sociedades complexas dominadas pelo capitalismo monopolista e sua racionalidade, sustenta que estes discursos não podem e nem querem prestar contas do lugar que ocupam. Segundo o autor, há uma assimetria entre o gesto retórico com o qual estes discursos exigem ser entendidos e a abordagem crítica a que eles são submetidos de modo institucional. Estes discursos: sendo interessantes no fundamental, eles permanecem indiferenciados nos resultados.

A abordagem da teoria da comunicação parece salvaguardar o conteúdo normativo da modernidade apenas pelo preço de abstrações idealistas. Para invalidar esta suspeita temos de mostrar que a teoria da comunicação pode prestar a sua contribuição para a

explicitação do modo como na modernidade uma economia organizada em forma de mercado se pode coadunar funcionalmente com um Estado monopolizador do poder, autonomizar-se face ao mundo da vida numa parcela de sociedade livre de normas e opor aos seus imperativos da razão imperativos seus fundados na conservação do sistema.

Todavia, observa o autor, o dinheiro possibilita não só formas de interacção especificamente desmundanizados, mas também a formação de um sistema parcial especificamente adoptado à sua função que efectua as suas relações com o mundo circundante por médium do dinheiro. Do ponto de vista histórico, com o capitalismo surgiu um sistema económico que regula o seu metabolismo interno, bem assim como a permuta com os seus arredores não económicos (o orçamento privado e o Estado) por meio de canais monetários.

Deste modo, o aparelho de Estado tornou-se dependente de um sistema económico controlado pelos mídias; isso induziu entre outras coisas, a que o poder vinculado a postos e a pessoas seja equiparado à estrutura de um médium de controlo, e por isso o poder fosse assimilado ao dinheiro. Por outro lado, sob os golpes do trabalho produtivo organizado de forma empresarial dissolvem-se formas tradicionais de trabalho e de vida.

Os paradoxos da racionalização social, podem ser simplifadamente, resumidos do seguinte modo: a racionalização do mundo da vida tinha de ter atingido um determinado grau de maturidade antes que os media do dinheiro e do poder pudessem ser nele institucionalizados pelo direito. Ambos os sistemas funcionais, que ultrapassam o horizonte da ordem global do Estado de sociedades estratificadas de classes da economia de mercado e do Estado administrativo, começam por destruir as formas tradicionais da antiga sociedade.

Dentro do campo de manobras, de uma tal política, apenas a distribuição correctamente doseada das cargas problemáticas entre os subsistemas do Estado e da economia é litigiosa. Uns vêem as causas da crise na dinâmica própria desencadeada pela economia, outros nos grilhões burocráticos que lhes são impostos. Mas ambos os lados concordam que os domínios da interacção do mundo da vida que necessitam de salvaguarda face aos motores da modernização social que são o Estado e a economia desempenham apenas um papel passivo.

Marilena Chauí⁶⁷ diz que, a sociedade de uma época é representada por seus membros por um conjunto de ideias que muitas vezes, nem é explicitado. Este conjunto de ideias que formam uma imagem do tempo em que se desenvolvem podem estar traduzindo uma “falsa consciência” de como as coisas efectivamente são e, desta forma, podemos aplicar a definição marxista de ideologia como “falsa consciência” a este conjunto de ideias.

Assim, sendo, a ideologia é identificada por Chauí como discurso competente, que é aquele discurso *que pode ser proferido ouvido e aceite como verdadeiro e autorizado... Através de um conjunto de representações e normas, os sujeitos representar-se-ão a si mesmo e à sociedade. As relações sociais são vistas como naturais (universais e inevitáveis) e justas.*

A ideologia faz parte do campo imaginário, ela é um *conjunto coerente e sistemático de imagens e representações, tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Nesse sentido, a ideologia diz respeito às ideias e crenças que tendem a justificar moralmente as relações sociais e económicas que caracterizam determinada sociedade.* O essencial da ideologia, é que ela esconde certas facetas da realidade que não podem ser manifestadas, sob pena de ferir a própria lógica e coerência do discurso ideológico. Ela afirma que *é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso.*

Ele, camufla contradições, de tal forma que a representação do político e do social devem aparecer como harmónicos. O discurso ideológico pressupõe a teoria da verdade como cópia do real e, a verdade define-se, portanto, como adequação. Assim sendo, o discurso sobre o real coincide com a própria realidade.

Na noção actual do estado liberal, está implícito que ele representa a todos os seus membros igualmente. A esse respeito Chauí diz *o Estado paira sobre e fora da sociedade, como uma figura exterior que representa a todos.*

A ideia de que todos estariam igualmente representados pelas leis jurídicas formais e universais do estado, foi apresentada por Marx:

Em forma de economia política: sua teoria de valor do trabalho destruiu a aparência de liberdade, na qual a relação de violência social, subjacente à relação do trabalho

⁶⁷ Extraído em 22/05/04, da página da Internet: <http://www.odialetico.hpg.com.br>

assalariado, tornara-se irreconhecível pela instituição jurídica do livre contrato de trabalho.

A ideologia tecnocrática faz crer que a realização dos desejos e necessidades só será possível com a manutenção dos actuais imperativos do sistema (sistema capitalista), de tal forma que a justificação do sistema não se dá mais pela camuflagem das contradições, mas pela admissão destas, como sendo tecnicamente necessárias para proporcionar o máximo de conforto e bem-estar possíveis⁶⁸.

Desta forma, o actual sistema (economia de mercado) é elevado à dimensão de o melhor dos sistemas possíveis. Isto permite ao discurso ideológico assumir em si todos os problemas decorrentes do PRES e, ao mesmo tempo, afirmar que este programa, com todos os seus problemas, é o melhor dos programas possíveis (Idem, 2004).

O conceito *Oficial*, define-se como tudo que é anunciado, declarado, ordenado, por uma autoridade reconhecida. Que emana, sai ou nasce do Governo, ou Instituições afim.

É nesta óptica que o conceito *oficial* será operacionalizado neste estudo, dado que, a identificação do Discurso será feita em e através de instituições reconhecidas e aprovadas, portanto, dentro de um quadro institucional criado e virado à problemática do desemprego no país.

Assim, faz sentido em trabalharmos conceitualmente a noção de *discurso* proposta por Dominique Maingueneau (1997) e Michel Foucault (2000), como orientação teórica do nosso estudo. Importa referir, que poderão ser usadas outras teorias, que foram apresentadas ao longo desta pesquisa de acordo com as situações que nos aparecerem.

IV. 2. Desemprego/Desempregado

Em termos de enquadramento conceptual, podemos dizer que o fenómeno social do desemprego, num contexto geral, e em Moçambique particularmente, pode ser abordado em diferentes perspectivas.

⁶⁸ Chauí, www.odialetico.hpg.com.br-2004

Alain Birou (1973:109), define o desemprego como uma suspensão forçada de trabalho dos operários ou dos salarizados, quer por não encontrarem ocupação, quer por terem sido despedidos da empresa em que trabalhavam. Este dicionário distingue quatro “espécies” de desemprego:

a) O *desemprego cíclico*, devido a depressão da actividade económica em regime liberal do mercado do trabalho; b) O *desemprego sazonal*, ligado a actividades que só ocupam uma parte do ano e à impossibilidade de empregar os trabalhadores noutras actividades; c) O *desemprego tecnológico*, devido ao despedimento de trabalhadores provocado pelo progresso das técnicas (automatização, etc.); d) O *desemprego oculto*, que consiste no facto de trabalhadores estarem colocados em sectores onde existam já demasiadas pessoas para as actividades a realizar, cada um encontrando-se assim desempregado.

Na perspectiva do INEFP (2001), *desemprego* à semelhança de *desempregado*, define-se: *pelo número ou percentagem de pessoas sem trabalho, disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho; registadas em agências de emprego ou são de qualquer outra forma computados como estando à procura de trabalho, nas situações em que meios convencionais de procura são pouco desenvolvidos e onde não há condições para procura de emprego através de agências de colocação, anúncios nos jornais, etc., o critério de procura pode ser dispensado*⁶⁹.

Para o nosso estudo, estaremos utilizando a noção de *desemprego cíclico* devido a depressão da actividade económica em regime liberal de mercado de *trabalho* e o *desemprego tecnológico*, devido ao despedimento de trabalhadores provocado pelo progresso das técnicas (automação, etc.). Entendemos que, ambas as noções relacionam-se com o contexto moçambicano, e no contexto do *PRES*, que é um programa de reajustamento estrutural adoptado pelo Governo moçambicano para restabelecer os índices de crescimento económico, portanto, um sistema de economia liberal contrário ao modelo de economia centralizada vivido no pós-independência.

Já na perspectiva do emprego acompanha outra noção: *trabalho*. Deste modo, tanto a noção de emprego quanto de desemprego, ganha o seu sentido a partir da noção de *trabalho*. O *trabalho* é exaltado como a primeira e mais nobre função social e, para a maioria dos indivíduos, o *trabalho* é, de todas as actividades, a que ocupa a maior parte

⁶⁹ Glossário do INEFP, 2001

das suas vidas (Giddens, 2000:372 e ss.). Para este autor o conceito *desemprego*, não é “fácil” de definir. Contudo, significa estar sem *trabalho*. Mas aqui *trabalho* significa *trabalho remunerado e ter uma ocupação reconhecida*.

O *trabalho* define-se ainda como *acção do homem, que pela sua intervenção de todo o seu ser e graças à sua capacidade de antecipação racional, domina a natureza para a fazer servir os seus fins e de modo a permitir a sua própria realização. A divisão do trabalho torna o uma realidade essencialmente social*. Como se sentiria se pensasse que nunca mais encontraria um emprego, depois de despedido porque a empresa foi privatizada? Nas sociedades modernas ter um emprego é importante para se preservar o respeito por si próprio, o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas actividades diárias⁷⁰.

No sentido colectivo do termo emprego, *congrega um conjunto de actividades económicas em relação com os indivíduos em condições de trabalhar. É a ocupação de todas as pessoas activas. Realiza-se quando a mão-de-obra activa está em exercício de uma actividade*.

Na nossa reflexão, a relação entre *Desemprego/Desempregado* e o *PRES*, está agregada a noção de *instituição*, na medida em que baseia-se em uma política económica institucional. Assim, o conceito *instituição* refere-se a *um organismo ou forma de organização social, frequentemente de carácter jurídico ou quase-jurídico, que desempenha uma função social e tende a durar independentemente das vontades dos seus membros. Possui certas normas que tendem a ser obrigatórias e que lhe são reconhecidas ou impostas pela sociedade global*.

IV.3. Liberalismo Económico

Neste sentido, o *PRES* se inscreve na *liberalização económica*, definida enquanto doutrina económica que preconiza a liberdade de concorrência e cujo princípio motor da actividade humana é o interesse pessoal. Basta permitir o livre funcionamento da actividade privada para que os desejos e os interesses de todos sejam satisfeitos da melhor forma possível. Consequentemente, *o liberalismo opõe-se a qualquer*

⁷⁰ A. Giddens, 2000

intervenção do Estado no domínio económico; reconhece-lhe apenas como atribuição e função na economia a garantia de completa liberdade de iniciativa privada. Seus pressupostos filosóficos: individualismo; livre iniciativa; concorrência, em princípio sem interferência do Estado, e liberdade dos membros da sociedade, harmonia preestabelecida, em que o jogo das forças individuais resulta no bem geral...⁷¹.

O *liberalismo económico* tomou formas variadas desde o fim do século XVIII, quando a noção é construída, até o *neoliberalismo*, noção que se adequa ao nosso estudo. Neo significa, novo e liberalismo é a filosofia económica do capitalismo. Considera-se aí que a livre competição é a forma adequada ao seu funcionamento, entretanto, esta não leva automaticamente à ordem social. Compete ao Estado, sob esse ponto de vista, a instauração de uma ordem legal que garanta o exercício da iniciativa individual na linha da livre concorrência⁷².

O *neoliberalismo* trata-se de um conjunto de medidas económicas aplicadas durante o último século, e caracteriza-se pelo ajuste estrutural; participação mínima do Estado; abertura do mercado mundial; privatização, e fomento à competitividade⁷³.

Entretanto, e sem querermos reduzir nem simplificar a dinâmica deste sistema económico, poderíamos dizer que dada a crescente interdependência das economias no plano internacional, faz com que a capacidade de um Estado em promover políticas produtivas que atendam interesses exclusivamente internos seja reduzida, já que dependente daquele capital que, flui “livremente” entre distintas localidades do planeta (em forma de investimento estrangeiro). Neste contexto, há que se registrar as crises económicas de repercussões graves, como foram os do México em 1994; da Ásia em 1997; da Rússia em 1998, e do Brasil no início de 1999⁷⁴.

Este sistema económico vulnerabiliza a capacidade de reacção dos indivíduos; das sociedades e das economias locais, deixando um rastro de desemprego, miséria e fome. Acaba por inverter e subverter as leis; os postulados e os objectivos universais da economia clássica⁷⁵. A economia que se constrói no alvorecer do terceiro milénio não é

⁷¹ Extraído em 08/01/03, da página da Internet: <http://www.infojus.com.br/area3/henriquechagas.htm>

⁷² Ibidem: 2003

⁷³ Ibidem: 2003

⁷⁴ Extraído em 23/05/04, da página da Internet: <http://www.eduquenet.na-web.net/extneoliberais.htm>

⁷⁵ Frank, G., (1969)

senão a expressão dos interesses dos capitais monopolistas e transnacionais. Já não visa a satisfação das necessidades dos indivíduos; e a sociedade serve aos interesses do sistema de economia vigente. É uma economia cujo crescimento se dá pela destruição da pequena e média empresa pela grande empresa; da empresa nacional pela empresa transnacional; dos monopólios, da sacralização da empresa privada e do individualismo exacerbado. O resultado muitas das vezes é a recessão, o desemprego e o caos económico e social (Idem, 2003).

A causa maior do aumento do desemprego é o neoliberalismo que onde quer que chegue, “desmonta” o Estado. Reduz as políticas públicas, promove o “arrocho” salarial e torna lento o desenvolvimento económico-social. O desemprego pode ser provocado pela inovação tecnológica, mas a permanência da taxa de desemprego é de ordem económica, determinada pela estagnação ou pela recessão do mercado interno. Isto é particularmente visível nas economias do Terceiro Mundo. Nos países em desenvolvimento, os efeitos negativos são reflectidos no desemprego e na pobreza e, nos desenvolvidos, na quebra do sistema de bem-estar social⁷⁶.

IV.4. Privatização

O processo de privatização representou uma mudança radical do papel, até então preponderante, reservado ao estado na actividade económica. Esta fase caracterizou-se pela “privatização” de empresas que no sistema de economia centralizado, haviam sido absorvidas pelo Estado (Empresas Estatais), na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras que enfrentavam e ausência de equipamento. No início, não havia por parte do governo, intenção de implementar um programa em larga escala. Foram privatizadas empresas de pequena e grande porte no contexto do sistema de economia vigente. O principal objectivo era evitar que o governo ampliasse ainda mais a sua presença no sector produtivo, e criasse mecanismo de gerar recursos e reduzir despesas, além de buscar maior eficiência.

Em 1989, com o início deste processo, a privatização tornou-se parte integrante das reformas económicas iniciadas pelo governo. A magnitude e o escopo da privatização

⁷⁶ Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas. Extraído em 08/01/03, da página da Internet: <http://www.rnw.nl/parceria/htm/at010910neol.htm>

foram significativamente ampliados de modo a responder aos desafios do novo contexto económico.

Segundo Marcel Mauss⁷⁷ *uma instituição é um conjunto de actos ou de ideias instituído que os indivíduos encontram diante de si e que de uma certa forma a eles se impõe. Instituição designa toda a forma de controlo e de determinação das condutas individuais no seio do grupo organizado que possui uma estrutura, finalidades colectivas e uma fonte de poder. Neste sentido, uma empresa, uma escola, uma administração são instituições.* É na complementaridade destas duas abordagens que será operacionalizado o conceito Instituição no nosso estudo.

IV.5. Reestruturação

Pode-se entender como sistema de incentivos à revitalização e modernização de empresas, cujo objectivo é a melhoria da dimensão crítica das empresas nacionais para enfrentar o processo de globalização das economias, o estabelecimento das condições de competitividade nas empresas que sofreram forte degradação da sua situação financeira e a criação de um mercado de fusões e aquisições para alterar práticas empresariais pouco dinâmicas. Esta complementa-se com a **Modernização** – que é o apoio a Projectos de investimento que visam o reforço da produtividade e da competitividade das empresas e a sua participação no mercado global, e que incluam investimentos corpóreos e incorpóreos nas seguintes áreas funcionais de investimento: investimentos essenciais à actividade e investimentos em factores dinâmicos de competitividade (internacionalização; eficiência energética; certificação da qualidade, segurança e gestão ambiental; qualificação de recursos humanos, etc.).

O objectivo deste processo é o de promover junto das empresas abordagens integradas de investimentos que se insiram na estratégia de desenvolvimento e de reforço da competitividade do sector/cluster de actividades⁷⁸.

⁷⁷ In Cabrito et al. (1989:213)

⁷⁸ Extraído em 08.09.06 da pagina da internet: prime.sysvalue.com/PresentationLayer/prime

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do enfoque teórico-conceitual acima realizado, entendemos que os resultados do nosso trabalho apontam para a construção do *Discurso Oficial* sobre o *Desemprego* no contexto do *PRES*, através de documentos e de algumas instituições que o produziram.

Ora, este discurso é exposto num momento em forma documental- linguagem escrita, e noutra, em forma verbal- linguagem falada. *O acto de linguagem como também é designado acto de fala ou acto de discurso; trata-se da menor unidade que pela linguagem, representa uma acção (ordem, pedido, afirmação, promessa...), destinada a modificar a situação dos interlocutores* (Maingueneau, 1997:43). O autor acrescenta que, *qualquer acto de linguagem (falado ou escrito) se inscreve, assim num quadro institucional que define um conjunto de direitos e de obrigações para com os participantes. Ela deve satisfazer um certo número de "condições de utilização" que são outras tantas "condições de sucesso", as quais tornam apropriado ao contexto. A oposição escrita/oral serve para caracterizar os dois pólos entre os quais oscila o discurso numa sociedade.*

Os resultados a apresentar têm o seu fundamento no conceito *trabalho*, como preconizamos no capítulo anterior, tanto a noção *desemprego* como *desempregado*, ganha o seu sentido no conceito *trabalho*. E, como dizia, o *trabalho* é "exaltado" como a primeira e mais nobre função social e, para a maioria dos indivíduos, o *trabalho* é de todas as actividades a que ocupa a maior parte das suas vidas (Giddens, 2000). Daí que não se pode falar do *desemprego* sem falar do *desempregado*, uma vez que o fundamento das duas noções, no nosso caso, é o conceito *trabalho*.

Na República de Moçambique o direito ao *trabalho* está consagrado na Constituição da República, no seu artigo 88 n.º 1, que diz "*O trabalho constitui direito e dever de cada cidadão independentemente do sexo*" e, pressupõe o desenvolvimento económico e social para resolver, de forma sustentada, os problemas de emprego, criar relações laborais salutaras... E, segundo a Lei do Trabalho n.º 8/98 de 20 de Julho, capítulo I, artigo 4, n.º 1, são fontes do direito do *trabalho* a Constituição da República e os outros actos normativos emanados da Assembleia da República e do Governo, bem como as normas legais do *trabalho* e os instrumentos de regulamentação colectiva de *trabalho*.

Entendemos que o Discurso Oficial sobre o *desemprego* começa com as emanações legais sobre o direito ao *trabalho* consagrado na Constituição e na demais legislação em vigor, complementado com as percepções/interpretações construídas ao nível das instituições, INEFP e OTM-Central Sindical. Portanto, este “direito” e estas “fontes do trabalho”, consagrados nos instrumentos legais, estão na sua forma “ideológica” ou seja, constituem o “discurso ideológico. *A sociedade de uma época é representada por seus membros e por um conjunto de ideias que muitas vezes, nem é explicitado. Este conjunto de ideias que formam uma imagem do tempo em que se desenvolvem pode estar traduzindo uma “falsa consciência” de como as coisas efectivamente são* (Chauí, 2004).

A ideologia como discurso competente, é aquele “*que pode ser proferido, ouvido e aceite como verdadeiro e autorizado...*(Idem, 2004)”. Através de um conjunto de representações e normas, os sujeitos representam-se a si mesmo e à sociedade. As relações sociais são vistas como naturais (universais e inevitáveis) e justas. Nesse sentido, a ideologia diz respeito “*às ideias e crenças que tendem a justificar moralmente as relações sociais e económicas que caracterizam determinada sociedade*” (Ibidem, 2004). Neste sentido, o Discurso ora identificado, representa a sociedade moçambicana em matéria de *trabalho*.

O Discurso Oficial sobre o *desemprego* foi produzido e aprovado pelo Conselho de Ministros, Resolução n.º 6/97 de 4 de Março, cuja materialização foi dada pelo Ministério do Trabalho através do INEFP, como Instituição criada com essa finalidade.

Neste âmbito, e para efeitos de nosso estudo, identificamos alguns trabalhos institucionais a saber: *Política do Sector do Trabalho*; aprovada pelo Conselho de Ministros⁷⁹; *Discurso de Apresentação do Programa do Governo para 1995/1999, à Assembleia da República*⁸⁰; um documento sobre *Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique (2003)*, produzido pelo Ministério do Trabalho; *Emprego e Alívio à Pobreza em Moçambique-Notas*, para a “Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo sobre Emprego e Alívio à Pobreza em África”⁸¹; *Síntese sobre a Reflexão da Situação do Desemprego em Moçambique*, resultante da III Sessão Ordinária do Comité

⁷⁹ Boletim da República I SÉRIE-Número 9, 3º Suplemento de 4 de Março de 1997

⁸⁰ Programa Quinquenal do Governo, 1995/1999

⁸¹ Um trabalho elaborado em conjunto, pelo Ministério do Trabalho e Ministério do Plano e Finanças, (s/d)

Central da FRELIMO (2003); *Programa Quinquenal do Governo-1995/1999 e 2000/2004; Relatórios de Actividades desenvolvidas pelo INEFP 1994 a 2003*, no âmbito do desemprego; e um *Glossário(s/d)* da mesma instituição. Ainda alguns dados sobre *Registos nos Centros de Emprego 1988 a 2004*, do Departamento de Estatísticas do Ministério do Trabalho (2004).

Afim de complementarmos a análise documental, entendemos ser significativo estudarmos a sua manifestação na forma verbal, assim, foram realizadas, no total sete (7) entrevistas, sendo quatro (4) no INEFP e três na OTM-Central Sindical. São estes enunciados que no nosso entender constituem o conteúdo da *noção de formação discursiva sobre o desemprego*. Ora, a formação discursiva designa um conjunto de enunciados identificáveis por seguirem um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Em todas as sociedades há produção do discurso do qual é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus “poderes” e “perigos”, “dominar” seu acontecimento aleatório, esquivar sua materialidade (Maingueneau, 1997).

V.1. Análise documental

Como salientamos anteriormente, e para efeito de nosso estudo, analisaremos três (3) documentos: a *Política do Sector do Trabalho; Discurso de Apresentação do Programa do Governo para 1995/1999, à Assembleia da Republica, por sua Excia. o Primeiro Ministro*⁸² e a *Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique*. O primeiro documento foi escolhido porque ele constitui instrumento base de orientação e materialização das questões políticas relativas ao *trabalho e emprego* no país: *Dadas as implicações que as questões inerentes ao emprego, trabalho e segurança social têm nos empregadores e trabalhadores, no desenvolvimento económico e social do País e na sociedade em geral, a Política do Sector do Trabalho é parte integrante das políticas económicas e sociais adoptadas pelo Governo* (1997:1).

- a) Desta forma, a política governamental do trabalho é o somatório das políticas dos diversos sectores com implementação nos domínios do emprego e formação profissional, bem como relações de trabalho e segurança social, uma vez que, *a política do Sector do Trabalho, baseia-se no Programa Quinquenal do Governo e se inspira nas Convenções Internacionais pertinentes e diz respeito a um*

⁸² Na altura Pascoal Manuel Mucumbi

conjunto de actividades específicas deste Sector que complementam as dos restantes Sectores (Ibdem: 1, 2). O segundo foi escolhido, porque entendemos que, espelha a pretensão do Governo em relação ao factor trabalho: No processo de desenvolvimento económico e social, o factor humano assume papel preponderante. Os objectivos fundamentais do Governo no que respeita ao trabalho são: promover o emprego; garantir a formação profissional; estimular novas relações de trabalho (pg. 36).

O terceiro documento foi escolhido, pela análise que faz sobre o fenómeno de desemprego, ao longo dos anos (antes e depois da independência), até o início do PRES. Ele introduz na sua magnitude, o objecto da nossa investigação ao nível do discurso oficial.

V. 1.1. Política do Sector de Trabalho

Na Política do Sector do Trabalho, consta *promover o pleno emprego produtivo e livremente escolhido, o que constitui um dos objectivos essenciais da presente política. Mas tal objectivo, será prosseguido de acordo com as capacidades económicas e financeiras decorrentes do seu processo de desenvolvimento, com vista a elevar a qualidade de vida dos cidadãos. Resolver os problemas de desemprego e subemprego, responder as necessidades de mão-de-obra e estimular o desenvolvimento económico e social.* Constitui ainda matéria da referida política- *PROMOVER o pleno emprego, GARANTIR a legalidade laboral, PROTEGER os trabalhadores, CONSOLIDAR a concertação social,* é também seu foco (1997:2 e ss.).

No seu ponto três (3) encontramos os objectivos principais do Governo, tais como: promover o emprego, procurando conciliar as necessidades do mercado de *trabalho* e as demandas de emprego produtivo, sem discriminação de qualquer natureza, através da adopção de medidas tendentes ao ajustamento entre a oferta e a procura de emprego; assegurar o melhor relacionamento entre empregadores e trabalhadores.

E, de entre as estratégias traçadas naquela política, importa-nos realçar: *no domínio de emprego e formação profissional:*

- b) Desencadear acções de criação de oportunidades de emprego, através de medidas adequadas que estimulem a promoção activa de emprego no sector formal bem como o auto emprego e a criação de micro empresas geradoras de emprego no sector não estruturado da economia numa perspectiva de género;*

- c) *Promover investimentos de uso intensivo de mão-de-obra em programas de reconstrução nacional...;*
- d) *Prestar maior apoio ao sector informal mediante a mobilização de recursos financeiros para a implementação de programas geradores de emprego e auto-emprego;*
- e) *Incentivar a adopção de programas sectoriais de maior absorção de mão-de-obra, particularmente nas zonas rurais...;*
- f) *Desencadear acções de formação profissional destinadas a desempregados em geral com particular realce dos jovens candidatos a primeiro emprego, conferindo-lhes aptidão profissional para se candidatarem a um emprego ou desenvolverem um trabalho autónomo;*
- g) *Desenvolver acções de reconversão profissional dirigidas aos trabalhadores excedentários e aos desempregados de longa duração, com vista a proporcionar-lhes novas oportunidades de trabalho... (pg. 40-(12)).*

V.1.2. Discurso de Apresentação do Programa Quinquenal do Governo

O Discurso de Apresentação do Programa do Governo para 1995/1999, à Assembleia da República, diz: *O Governo prosseguirá, políticas de promoção e valorização do emprego, nomeadamente: promover o desenvolvimento do sector formal, priorizando investimentos que resultem no emprego intensivo de mão-de-obra, por forma a garantir o crescimento da oferta de emprego; prestar maior apoio ao desenvolvimento do sector informal, mediante a mobilização de meios financeiros para a realização de programas que visem a criação de pequenos projectos geradores de emprego e auto-emprego; melhorar a prestação de serviços dos centros de emprego, de modo a apoiar quer os trabalhadores na procura de postos de trabalho - de acordo com as suas qualificações profissionais e preferências - quer as entidades empregadoras no recrutamento de quadros qualificados; reforçar e prosseguir uma política de protecção da mão-de-obra nacional, recrutando estrangeiros apenas nos casos em que não existem nacionais com a qualificação requerida para cobrir as necessidades; defender os interesses dos emigrantes, nos países vizinhos, em particular dos mineiros, com vista a assegurar a manutenção dos seus postos de trabalho (pg. 36 e ss.).* O documento fala ainda sobre, *formação profissional, criação de novas relações de trabalho e segurança social, como acções prioritárias e de maior esforço da parte do Governo, para aumentar a oferta de*

emprego, para além de assegurar a igualdade de oportunidade a todos os cidadãos, no âmbito da economia de mercado.

No nosso entender, estes dois documentos, a Política do Sector do Trabalho e o Discurso de Apresentação do Programa do Governo à Assembleia da República, traduzem aquilo que é a visão *Oficial*, e de momento, sobre o fenómeno do desemprego e se constituem numa *acção* ou numa *prática discursiva*⁸³, que é então pensada como conteúdo, como modo de organização dos indivíduos e como rede específica de circulação de enunciados, das relações do Discurso sobre o *trabalho* e *desemprego* com aquilo que constitui a realidade.

E como *prática*⁸⁴, o *Discurso* é um conjunto de regras anónimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa determinada área social, económica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. O discurso é poroso à prática, e a prática é modificada pelo discurso⁸⁵, praxis no sentido de acção ou operação

De acordo com a *Política do Sector do Trabalho*, a materialização do «direito ao trabalho» consagrado na Lei Fundamental do País e a «promoção do pleno emprego produtivo e livremente escolhido» preconizada pela Convenção 122 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assentam nos seguintes pressupostos: *Criação pelo Governo dum quadro institucional que favoreça a aplicação coordenada da presente política, incentivando a sua materialização pelos operadores da área económica e social e pela sociedade em geral em função das necessidades do desenvolvimento económico e social do País;*

- a) *As instituições governamentais para tal vocacionadas devem coordenar esforços e assegurar a funcionalidade e o equilíbrio do mercado de trabalho e desenvolver sistemas de segurança social que protejam eficazmente os trabalhadores e as suas famílias, mas é o desempenho da economia, através dos seus agentes e da sociedade em geral, que tornará possível a sua efectivação;*
- b) *Assim, os agentes económicos e a sociedade em geral são chamados a participarem activamente na execução da presente política, cabendo ao Estado*

⁸³ O Itálico é nosso

⁸⁴ Michel Foucault, *Archiologie du Savoir*, (1969)

⁸⁵ *Idem*, *L'Ordre du Discours*, (1971)

uma função orientadora, reguladora e dinamizadora das acções que conduzem à sua materialização.

É através destas linhas mestras que o moçambicano empregado ou desempregado, deve se condicionar, e todas as implicações deste discurso, acabam influenciando o factor *trabalho e emprego*. O desempenho e desenvolvimento da economia, é que determina a efectivação desta política de modo a se promover o pleno emprego produtivo e livremente escolhido. Assim, o dinheiro possibilita não só formas de interacção “desmundanizados”, mas também a formação de um sistema parcial especificamente adoptado à sua função que efectua as suas relações com o mundo circundante por médium do dinheiro (Habermas, 1978).

Constituem acções complementares desta política: proceder ao reforço da capacidade institucional do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, dotando-o de recursos humanos, materiais e financeiros para a eficiente aplicação, controlo e avaliação da política adoptada pelo Governo no âmbito do Emprego e Formação Profissional.

Nesta perspectiva a ordem económica impõe se, indiferente às aspirações e luta dos chamados “excluídos”, mas reforça sobremaneira o discurso da classe daqueles que constituem o Governo. E vive-se paralelamente, uma fragmentação da força de trabalho, tanto excedentária como aquela que procura o seu primeiro emprego. O Governo por intermédio do *Discurso Oficial*, traçou os eixos através dos quais se deve guiar e orientar quanto ao *desemprego* no país. *O Estado incarna, realiza um certo número de normas definidas em função de imperativos económicos, pois o indivíduo é produto do discurso e o poder está no discurso que o constroe, o discurso é aquilo ao qual o indivíduo cede, que o conduz na sua superfície translúcida, que age e pensa por ele, que dita os enunciados necessários e autoriza os enunciados possíveis* (Foucault, 1971).

V.1.3. A Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique

Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique⁸⁶, este documento aborda três períodos históricos que caracterizaram a política de Moçambique, nomeadamente: período antes da Independência do País; da Independência a 1986 e, de 1987 a 2004.

⁸⁶ Este documento foi produzido pelo Ministério do Trabalho sobre a situação do desemprego em Moçambique (2003)

Naquele documento consta o conceito do *desemprego* definido na resolução sobre estatísticas da população activa, do *emprego*, do *desemprego* e do *subemprego* da XIII Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho da OIT-1982, que diz:

Nos "desempregados", estão compreendidas todas as pessoas que tendo ultrapassado uma idade especificada, durante o período de referência estavam:

- a) *"Sem trabalho", isto é, que não tinham um emprego quer como "trabalhadores por conta doutrem", quer como "trabalhadores não por conta de outrem";*
- b) *"disponíveis para trabalhar" num emprego como "trabalhadores por conta de outrem" ou como "trabalhadores não por conta de outrem, durante o período de referência";*
- c) *"à procura de trabalho", isto é, que tinham tomado disposições específicas ao longo de um período recente especificado para procurar um emprego, "por conta doutrem" ou "não por conta de outrem".*

Mas por se tratar de uma definição genérica e que reconhecendo que as características do *desemprego* diferem de país para país, a própria resolução recomenda que: *Nas situações em que meios convencionais de procura de trabalho são pouco apropriados ou o Mercado de trabalho está muito desorganizado ou de âmbito limitado, a definição padrão do desemprego pode ser aplicada dispensando o critério da procura do trabalho (2003:1)*

De acordo com este documento, em Moçambique, a situação dos meios convencionais da procura de *trabalho* é inapropriada e de âmbito limitado territorialmente. Contudo, o critério da procura não tem sido dispensado, facto que influencia as taxas de desemprego resultantes fundamentalmente dos censos e inquéritos demográficos determinando assim baixas taxas de desemprego que não correspondem a realidade do país.

Por outro lado, o tempo de *trabalho* definido para se considerar uma pessoa como empregada é de duração igual ou superior a uma hora, influi também nas baixas taxas de desemprego apuradas nos censos e inquéritos ao emprego e desemprego. Por último, há que considerar que a idade de entrada no mercado de trabalho, (referindo-se a Moçambique) para a população economicamente activa é de 15 anos, (artigo 79 e ss., da Lei do Trabalho n.º 8/98 de 20 de Julho).

São referidos ainda alguns factores que influem no desemprego, tais como:

- *O crescimento demográfico (que influi no crescimento da população economicamente activa);*
- *As tecnologias;*
- *O índice de analfabetismo;*
- *O grau de desenvolvimento económico;*
- *As guerras.*

Com relação à evolução do desemprego nos três períodos, o documento reporta: *Durante o período colonial, a economia não tinha capacidade para absorver as pessoas que precisavam de emprego. É assim que o emprego estava orientado para os interesses coloniais, servindo como um verdadeiro instrumento de repressão sob as suas mais variadas formas...*

E, da independência a 1986, neste período há a destacar o facto de terem ocorrido as nacionalizações das empresas como forma de garantir a constitucionalidade estabelecida e obviar a situação criada pelo abandono de muitas empresas pelos seus proprietários. Esta situação propiciou a criação de empresas estatais, onde muitas delas, mesmo tendo perdido a rentabilidade, continuavam funcionais graças aos subsídios do Estado, o que permitiu manter os empregos e criar novos. Os jovens que terminavam os seus estudos e ingressavam pela primeira vez no mundo laboral, eram encaminhados para os sectores produtivos e de serviços pelo Estado, levando para isso uma guia de afectação. Porém, mesmo assim, notava-se uma subida do desemprego, facto motivado pelas fricções políticas havidas entre o país com os regimes minoritários da ex-Rodésia e República da África do Sul. Neste período, pode se perceber a existência daquilo que Alain Birou (1973), designa de *desemprego oculto*, que consiste no facto de trabalhadores estarem colocados em sectores onde existam já demasiadas pessoas para as actividades a realizar, cada um encontrando-se assim desempregado, como aconteceu com as empresas estatais e no processo da "Operação Produção".

De 1987 a 2003, com a situação económica aguda e a continuação da guerra que conduziu à destruição de infra-estruturas económicas e sociais, acompanhada por um período de seca prolongada, que teve como consequência o aumento do êxodo rural. Diante deste quadro, o Governo não teve condições de continuar a subsidiar as empresas até então estatais. Estas começaram a fechar e a acumular dívidas com os

trabalhadores, o défice orçamental sobe e, como alternativa para suprir a crise económica e social, decidiu pela implementação do PRES.

Em 1987, inicia a implementação do Programa de Reabilitação Económica, que depois passa a PRES, em 1989, com o acréscimo da componente Social, através do qual pretendia-se inverter esta situação; era o início da introdução de economia de Mercado, do espaço à iniciativa privada, do investimento estrangeiro e da implementação do sector informal. Com a privatização de indústrias e empresas anteriormente pertencentes ao Estado, (como uma das medidas do PRES), muitas delas entraram em processo de reestruturação. Introduz-se em algumas delas, novas tecnologias, o que implicou numa redução significativa do número de trabalhadores e consequentemente do aumento do desemprego.

O documento salienta ainda que o quadro do desemprego tornou-se ainda mais “negro” porque algumas dessas empresas privadas, ou não tiveram a gestão adequada ou porque os seus novos proprietários não detinham capital suficiente para os projectos que se propunham a implementar, conduzindo ao encerramento das mesmas⁸⁷. Com a queda do muro de Berlim (1990), e a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (1992), verificou-se: o regresso massivo dos trabalhadores moçambicanos da ex-RDA⁸⁸; a desmobilização dos efectivos das ex-FPLM⁸⁹ e dos ex-guerrilheiros da RENAMO⁹⁰ e o regresso de refugiados de guerra dos países vizinhos, tornando-se elementos à acrescer ainda mais o nível do desemprego no país, sem nenhuma perspectiva de resposta a vista

Para compreender a manifestação numérica do desemprego, a tabela 2, reporta os registos de desempregados nos Centros de Emprego existentes no país, durante o período entre 1988 a 2004. Estes registos ilustram o número de indivíduos que se apresentaram naqueles Centros a procura de um trabalho formál. Pode-se verificar que de 1988 a 1989 houve uma evolução, tendo registado um decréscimo em 1990 e 1998. Todos os outros anos até 2003, os números, indicam um crescimento contínuo do fenómeno.

⁸⁷ Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique, 2003

⁸⁸ ex-República Democrática Alemã

⁸⁹ ex-Forças Populares de Libertação de Moçambique

⁹⁰ Resistência Nacional Moçambicana

Tabela 2: Registos de desempregados nos Centros de Emprego-1988 a 2004

Ano	Desemprego Registrado	Ano	Desemprego Registrado
1988	51.389	1996	116.360
1989	65.682	1997	126.842
1990	48.242	1998	96.572
1991	52.185	1999	100.787
1992	68.331	2000	109.254
1993	78.034	2001	122.398
1994	87.039	2002	124.121
1995	106.276	2003	130.405

Fonte: INEFP/DNPET/Ministério do Trabalho, Maio 2002

A tabela 3, reporta o desemprego registado por Província de 1999 a 2003, onde podemos verificar uma evolução continua ao longo dos anos.

Tabela 3: Desemprego Registrado por Província, -1999 a 2003

Ano	1999	2000	2001	2002	2003
Total	100.787	109.254	122.398	124.121	130.405
Província					
Niassa	4.685	4.808	4.910	4.448	4.673
C. Delgado	7.091	8.231	9.156	9.549	9.952
Nampula	17.051	20.085	25.177	30.023	30.703
Zambézia	13.562	13.582	13.544	8.510	9.270
Tete	5.856	6.683	6.883	7.113	7.519
Manica	7.124	7.684	8.402	9.594	10.064
Sofala	18.527	21.398	24.488	23.744	24.271
Inhambane	7.998	9.399	10.308	7.286	6.511
Gaza	2.759	64	612	2.369	2.557
Maputo Província	10.216	11.025	12.116	14.280	16.865
Maputo Cidade	5.918	6.295	6.802	7.205	8.020
Total por ano	100.787	109.254	122.398	124.121	130.405

Fonte: INEFP/DNPET/Ministério do Trabalho, Maio 2002⁹¹

Procuramos desta forma fazer uma ilustração da situação do desemprego no país, de modo a perceber-se a sua manifestação numérica, ao longo do tempo, e podermos mais uma vez questionar sobre o que é desemprego real e desemprego registado⁹².

V.1.4. Enunciados do discurso sobre o desemprego

O discurso na sua forma oral/verbal, é aqui ilustrado nas entrevistas tidas com quatro (4) trabalhadores do INEFP, nomeadamente: a directora daquela instituição, o chefe do Departamento de Colocação, dois (2) técnicos do Departamento de Informação e Orientação Profissional. As três (3) restantes, foram com representantes da OTM-Central

⁹¹ Os dados das duas tabelas foram recolhidos no Ministério do Trabalho/Departamento de Estatísticas, no dia 26 de Setembro de 2005

⁹² No Glossário do INEFP, consta a definição de "Desemprego Registrado (Acumulado), como sendo pessoas sem emprego, disponíveis para trabalhar que no final do período em análise permaneciam inscritas nos Centros de Emprego

Sindical, que compreendem: o chefe do Departamento das Relações jurídico-laborais e Sociais, o chefe do Gabinete de Estudos e o assistente do Departamento das Relações jurídico-laborais e Sociais, como forma de contrapor a visão do órgão responsável(governamental), pela estruturação do desemprego no país.

No nosso entender, os técnicos do INEFP constituem “testemunhas privilegiadas”⁹³, por se tratar de indivíduos que lidam directamente com a questão de desemprego/desempregado naquela instituição como (formação profissional, colocação e mercado de trabalho, etc.). Os representantes sindicais por sua vez, pertencem à organização que ao nível do país defende os interesses dos trabalhadores e faz o acompanhamento do processo de implementação do *PRES* nas empresas e seus efeitos na massa laboral. O objectivo foi compreender de que forma o Discurso Oficial era apreendido, interpretado e materializado através das instituições INEFP e OTM-Central Sindical, procurando desta forma responder os nossos objectivos⁹⁴.

Esta parte do nosso estudo está organizada através de sete (7) sub-temas que constituíram cada, um bloco de perguntas (roteiro) previamente elaboradas:

- Evolução do desemprego;
- PRE e desemprego;
- Funcionamento e capacidade de absorção do mercado de emprego;
- Definição Oficial do conceito desemprego/desempregado;
- Programas face à problemática do desemprego;
- Instituições que produzem o Discurso Oficial e;
- Depoimentos e/ou percepções sobre o Discurso Oficial.

Os resultados das entrevistas são apresentados em separado, isto é, cada grupo de *testemunhas* tem o seu espaço onde apresentamos as informações por ele enunciadas. Numa primeira fase apresentamos os resultados dos técnicos do INEFP e, por fim, os resultados dos representantes sindicais.

⁹³ Trata-se de pessoas que pela sua posição, acção ou responsabilidades têm um “bom” conhecimento do tema em estudo. (Raymond Quivy et al, 1998:71)

⁹⁴ Os extractos das entrevistas representam a síntese das mesmas quanto aos temas abordados, ou seja, não está relacionada a um (01) entrevistado especificamente.

V.1.5. Os técnicos do INEFP

Em relação à evolução do desemprego nos últimos 18 anos, os técnicos do INEFP afirmaram que: *Era preciso primeiro preparar os dados para ver a tendência dessa evolução; mas a tendência normal é de crescer ao longo do tempo. Vários instantes de crescimento, ainda que não muito elevados, mas vai crescendo gradualmente.* Se podiam falar dessa evolução em termos percentuais ou numéricos, ao que responderam: *Isso requer uma investigação, portanto, só se tivéssemos os dados para isso. Por outro lado, anualmente há cerca de 300 mil jovens que concluem com os estudos e entram no mercado de trabalho, não obstante um e outro, ainda continue com os estudos, mas os dados indicam que só conseguimos integrar cerca de 3 mil, o que significa que há uns 200 e tal mil que ficam fora, portanto, o desemprego evolui mais neste capítulo.*

Procuramos saber, se existia alguma relação entre o PRES e o desemprego. Para aqueles técnicos, o pressuposto é que: *O PRES veio marcar mudanças em que as empresas são privatizadas e maximiza-se a sua rentabilização, cujo impacto é a redução da mão-de-obra e a introdução de nova tecnologia, onde se exige mais qualificações académicas e profissionais; mas não se pode olhar para o PRES como a causa do desemprego.* No entender daqueles técnicos, *a economia de mercado abre oportunidades para o investimento, o que leva à criação de novos postos de trabalho.* Portanto, para eles, não é o PRES como tal, mas um conjunto de factores, de entre os quais, os jovens que anualmente entram para o mercado de trabalho; a formação académica e profissional adequada; a capacidade de financiamento de projectos para a criação de auto-emprego e a exigência da experiência profissional, (para um indivíduo que está a terminar um determinado nível de escolaridade), *mas estes factores são resultantes das reformas económicas em curso.*

Feita a pergunta sobre como funcionava e qual era a capacidade de absorção do mercado de emprego, estes responderam: *É um mercado livre que funciona com base na oferta e procura de emprego. Diferentemente do que acontecia no período de economia centralizada, em que todo e qualquer empreendimento que quisesse recrutar a mão-de-obra, devia fazê-lo por obrigação, através da entidade empregadora que era o Serviço de Emprego e, este é que fazia o recrutamento e a colocação das pessoas. Mas hoje não é o que acontece, a entidade empregadora, quando precisa de mão-de-obra, faz o recrutamento pela via que achar melhor, o que torna difícil o INEFP gerir o mercado de*

emprego. Portanto, cabe a "nós" encontrarmos alternativas para termos em posse a informação mais próxima possível da realidade do nosso mercado.

Em relação à capacidade de absorção do mercado de emprego, nós hoje como se sabe, as instituições de ensino estão a aumentar cada vez mais, e há cada vez mais graduados e, o mercado de emprego não tem capacidade para absorver todas essas pessoas que anualmente entram na população economicamente activa. Está mais ou menos estimado em cerca de 300 mil o número de jovens que anualmente entra para o mercado de emprego. Então, em relação à criação de postos de emprego no sector formal, existem alguns constrangimentos, por isso é que nós aconselhamos aos jovens a enveredarem por iniciativas de criação de próprio emprego e/ou de auto-emprego, por que a capacidade do sector formal absorver essa mão-de-obra, é muito limitada.

Segundo os entrevistados, não se pode olhar para a reestruturação económica como motivo do desemprego. Pela informação de que nos dispomos a partir dos sindicatos, neste processo de reestruturação, terão se perdido cerca de 100 mil postos de trabalho, mas nós temos esta avalanche de cerca de 300 mil jovens que anualmente entram para o mercado de emprego.

Com relação à definição Oficial do desemprego/desempregado, assim como emprego, eles esclareceram nos que os órgãos oficiais adoptam as definições oficiais da OIT, em que O desempregado considera-se uma pessoa que não tem emprego, que esteja disponível para trabalhar e que procura activamente o emprego. Considera desempregado o individuo que tendo ultrapassado uma determinada idade- no caso concreto de Moçambique, a Lei do Trabalho define 15 anos como a idade mínima em que a pessoa pode encontrar-se a exercer uma actividade laboral e, tendo ultrapassado essa idade sem ter conseguido nenhum emprego.

Outra questão com relação á definição do desemprego, é que isso precisa de ser trabalhado de modo a adequar-se á nossa realidade. Porque se formos ao campo, vamos encontrar individuos que vivem cortando estacas para vender, neste caso, não se sabe se esses individuos estão desempregados pelo facto de encontrarem se a trabalhar não por conta doutrem; ou porque os próprios individuos consideram-se desempregados porque fazem aquilo como alternativa para a sua sobrevivência, para além do mercado informal que também constitui uma outra alternativa. Quanto à definição de emprego, dada a

sua natureza ser longa, podemos facultar o material para ver. Nesse material tem a definição de "emprego", subemprego, desemprego, etc., (vide anexo 2)

No que respeita a acções/programas do INEFP face à problemática do desemprego, aqueles técnicos afirmaram: *Dependendo dos recursos disponíveis, o INEFP neste momento está desenvolvendo uma série de esforços a nível nacional, na tentativa de alargar os seus Centros de Formação Profissional, outros ainda em construção.*

Disseram nos ainda que: *Recentemente, em cooperação com o Brasil, temos outra experiência que está para iniciar, que é de formação em Unidades móveis, porque está se ciente que não é por estruturas fixas que se vai chegar a regiões recônditas, pois terminada a demanda da formação, a infra-estrutura pode não se usar mais. Enquanto que com Unidades móveis, é só a questão de identificar as necessidades de formação, e nós podemos deslocar para o local, assim por diante.* Argumentaram que para o INEFP, aquele era o veículo primordial de combate ao desemprego.

Segundo aqueles técnicos, *Um cidadão profissionalmente capacitado, possui aptidão para fazer algo para a sua sobrevivência. A responsabilidade de criar o emprego por via de médias e pequenas empresas, é mais dos cidadãos, que têm de ser empreendedores. Saber aproveitar os recursos de que se dispõe para criar os seus postos de trabalho. E o Estado tem a responsabilidade de apoiar, por exemplo, através da formação profissional e criar condições para que o mercado financeiro esteja favorável de modo a que os cidadãos consigam implementar os seus projectos.*

Quanto a existência ou não do *Discurso Oficial*, a resposta foi: *Nós temos a Política do Sector do Trabalho, que constitui instrumento base em matéria de trabalho. E temos outros instrumentos como a estratégia de emprego e formação profissional, que vai ser aprovada em Conselho de Ministros, e que tem uma série de programas que vão ser dirigidos para o combate ao desemprego, como programas de formação profissional para os jovens, programas de promoção de emprego para os jovens, emprego nas áreas rurais, melhoria na análise de informação sobre o mercado de emprego. Cerca de oito programas, é o que temos neste momento em carteira e que vai ser discutido em Conselho de Ministros.*

De acordo com os nossos entrevistados, as instituições mais vocacionadas para tratar das questões afectas ao *trabalho*, são: *O Ministério do Trabalho, através do INEFP e o Gabinete de Promoção de Emprego.*

Procuramos saber qual a perspectiva sobre o *desemprego* na actualidade, o que eles explicaram: *Bom conforme se disse, a questão de desemprego, é uma questão que preocupa 'todo o mundo', não só aos países como o nosso, portanto, em vias de desenvolvimento, mas também aos países mais desenvolvidos. E nós para colmatarmos a situação, temos promovido medidas de promoção de emprego, principalmente para socorrer às populações mais vulneráveis. Agora, o que nós defendemos Oficialmente, é que para o combate ao desemprego, quer dizer, para que o desemprego não aumente, é preciso que aumente o investimento, é preciso incentivar-se cada vez mais o investimento, para geração de mais postos de trabalho, esta é a base fundamental.*

Para eles, a solução do problema do desemprego não está nos mega-projectos como a Mozal, a Fasol, etc., que na fase de arranque contrata mão-de-obra levada e, na fase seguinte, aquele número foi drasticamente reduzido. A solução está nas *pequenas e médias empresas, por criarem mais postos de trabalho e não requerem maiores investimentos, como também no empreendimento à criação de próprio emprego, o que nós chamamos de auto-emprego.*

Na tentativa de compreender o fenómeno, procuramos saber, comparativamente ao período Pós-independência, se o *desemprego* é um mal necessário, a combater, individual ou uma forma de rentabilizar as empresas. E a resposta foi: *No Pós-independência houve fuga dos técnicos portugueses, o que levou o Estado moçambicano a formar cada vez mais técnicos, para ocuparem os lugares deixados pelos antigos. Depois veio a fase do PRES, em que a maior parte das empresas são privatizadas, algumas são revolucionadas e, nessa altura, há mão-de-obra excedentária, ou produz-se a mão-de-obra excedentária.*

O Governo para colmatar essa situação, criou o Gabinete de Promoção de Emprego, que tinha como função, reintegrar esses trabalhadores excedentários. Hoje o que acontece é que estamos numa economia de mercado, onde o Estado não tem a obrigação de arranjar emprego para ninguém. As pessoas formam-se e procuram os seus próprios meios de se empregarem. O que o Estado tem a fazer é promover a efectivação do

emprego e regular o mercado de trabalho. Portanto, é uma preocupação que não é individual, mas de todos nós, não é só do Estado mas de toda a sociedade.

Argumentaram ainda que, o desemprego nunca podia ser algo desejável, pois é uma questão de realização do próprio homem, uma realização material e espiritual para uma vida sustentável da pessoa. Constitui uma forma de estar na sociedade. Disseram nos ainda que sabiam da existência de um tipo de “discurso” que diz que algum desemprego no nosso país era gerado a partir do processo de reestruturação das empresas, e que isso podia ser verdade, mas no entender dos entrevistados:

O desemprego que pode constituir preocupação para o país, é aquele que é gerado pelos cerca de 300 mil jovens que anualmente atingem a idade activa e entram para o mercado de trabalho. É verdade que com a reestruturação, criou-se um certo número de desempregados. Mas por outro lado criou-se uma mais-valia de emprego, no sentido de que, com a introdução de novas tecnologias alguns empregos foram perdidos, mas outros foram criados. Se nós formos a analisar os dados do Centro de Promoção Industrial (CPI), vamos verificar que fez-se um balanço, que foi até 2002, em que grande parte das empresas, privatizadas tinha recrutado mão-de-obra qualificada e tinha deixado passar pessoas com menos qualificações, portanto, há aqui uma espécie de compensação. Por um lado, perderam-se postos de emprego, por outro, foram criados outros. Mas há aqui um desequilíbrio entre empresas criadas e as perdidas.

Sobre a responsabilidade social do Estado, aqueles técnicos afirmaram que: *“No actual sistema de economia, a responsabilidade social do Estado é promover a criação de emprego e a definição de políticas para a inserção da mão-de-obra existente no mercado. O Estado como tal, continua a assumir o seu papel social dentro dos limites possíveis, daí que por um conjunto de instrumentos, levou a que o processo de reestruturação não se desencadeasse de uma forma selvagem, em que a pessoa seria simplesmente despedida; mas sim há um conjunto de condicionalismos que devem ser assumidos, fazendo isto, parte do papel social do Estado.*

Por fim, confirmou-se a presença de uma “ideia oficial” sobre o desemprego que variou conforme o momento político e económico. Para aqueles técnicos: *O que torna essencialmente diferente o período actual, é a privatização das empresas, por ter se passado de uma economia centralizada, para uma economia de mercado, em que as empresas são privatizadas, e nalgumas a introdução de nova tecnologia e por*

consequência, mão-de-obra mais qualificada, e menor em termos numéricos, o que pode reduzir a mão-de-obra como forma de rentabilizar as próprias empresas. O Estado deixa de intervir, por ex., no tempo de monopartidarismo, o Estado tinha já previsto nas empresas quantas pessoas seriam necessárias para determinadas profissões, e as pessoas eram formadas nas escolas técnicas, nas Universidades, já com emprego garantido. Os jovens que saíam da escola, uma parte era solicitada para entrar para o mercado de trabalho, outra era encaminhada para continuar com os estudos, outra ainda para o cumprimento do dever patriótico, assim, ninguém sobrava sem nenhuma obrigação dentro do sistema. Isso hoje não acontece.

Em síntese, os resultados das entrevistas com os técnicos do INEFP, confirmou a escolha de nosso estudo: que a ideia Oficial sobre o desemprego é constituída pela Política do Sector do Trabalho, complementada com outros instrumentos legais, como a Lei do Trabalho, etc. Pudemos perceber também que, neles o PRES influenciou nos índices do desemprego no país, pois aqueles técnicos a relacionam ao processo de privatização das empresas; a perda de alguns postos de trabalho; a introdução de novas tecnologias; as medidas de rentabilização das empresas que passam pela exigência de qualificações académicas e profissionais, levando à redução da mão-de-obra.

Na observância do processo das reformas económicas disseram nos: *“Alguns postos foram perdidos, mas outros foram criados, mas há aqui um desequilíbrio entre empresas criadas e as perdidas”*. Aliás, Weber refere que⁹⁵, *o fabricante que permanentemente se opuser a estas normas (do sistema capitalista), será economicamente eliminado, tão inevitavelmente quanto o trabalhador que não puder ou não quiser adaptar-se a elas será lançado à rua sem trabalho.*

Por outro lado falaram que: *O Governo criou o Gabinete de Promoção de Emprego para a reintegração da mão-de-obra excedentária*, como referência ao desequilíbrio entre a oferta e a procura de emprego, enquanto aspectos que não somente avaliam as performances do PRES, mas vêm nele, factores que contribuem para o aumento do número de desempregados no mercado de trabalho.

⁹⁵ Max Weber “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1996:33)

V.1.6. Os representantes da OTM CENTRAL-SINDICAL

Este tópic foi organizado a partir dos mesmos sub-temas que compuseram as entrevistas do INEFP, com o objectivo de contrapor ao *Discurso Oficial*, uma vez que no nosso entender, os sindicatos constituem se como um braço em defesa dos trabalhadores. E parafraseando Foucault: *Cada discurso tem a sua patologia que é o discurso periférico, banido pelo discurso hegemónico.*

Pedimos para que nos falassem como terá evoluído o desemprego nos últimos 17 anos e, a resposta foi: *“A OTM Central-Sindical, trabalha com relatórios fornecidos pelos sindicatos sediados nas empresas, que por sua vez faz uma compilação dos dados para o relatório geral referente a toda a situação do país. Isso para dizer que temos registados 250.000 desempregados no processo do PRES.*

Em termos percentuais ou numéricos, estes dados compreendem: indústria de Cajú, 90% de trabalhadores perderam emprego, o que corresponde a 8 mil postos de trabalho; indústria Têxtil, cerca de 17 empresas privatizadas, 42,84% de trabalhadores despedidos, o correspondente a 10.140 postos de trabalho; os CFM, até 1987, tinham mais de 32 mil e 500 trabalhadores, com a racionalização detém ainda 17.918 trabalhadores e este número ainda vai reduzir, pois o que aquela empresa precisa como mão-de-obra é cerca de 6 mil trabalhadores, o que significa uma redução de cerca de 45,17%; a indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica, desde a introdução da reforma económica no país, cerca de 292 empresas que empregavam 17.985 trabalhadores, este número decresceu para, 13.135; a indústria de açúcar antes com 4 empresas com cerca de 22.713 trabalhadores, até 1996, havia despedido cerca de 7.716 trabalhadores, o que significa 33,97%. No ramo de Comércio e Serviços, podemos fazer algumas referências, no que diz respeito à redução da força de trabalho.

Até 1987, o número de trabalhadores era de cerca de 26.808, a situação actual aponta para 22.109, o que significa que 4.699 trabalhadores perderam os seus postos de trabalho. E há ainda casos de empresas como a Vidreira de Moçambique, Ufa, Texlon, e tantas outras pequenas empresas que também tiveram que fechar e outras ainda continuaram a fechar”.

A tabela 4, apresenta de forma resumida a situação de algumas empresas privatizadas e postos de trabalho perdidos, no processo de privatização das empresas, situação resultante do sistema de economia de mercado, materializado pelo PRES.

Tabela 4: Número de empresas privatizadas e postos de trabalho perdidos no processo do PRES

Ramo de Actividade	N.º de empresas privatizadas	Postos perdidos	N.º de trabalhadores despedidos	Percentagem (%)
Cajú	xxxxx	8.000	xxxxxx	90%
Têxtil	17	10.140	xxxxxx	42,84%
CFM	xxxxx	xxxxx	14.582	45,17%;
Metalúrgica e Metalo-Mecânica	292	xxxxx	13.135	xxxxxx
Açúcar	4	xxxxx	7.716	33,97%.
Comércio e Serviços	xxxxx	xxxxx	4.699	xxxxxx

Fonte: OTM-Central Sindical, 2005⁹⁶

Perguntamos sobre a situação do *desemprego* no contexto do PRES, isto é, se havia alguma relação entre o desemprego e o PRES, e se existe, qual seria? Ao que eles, responderam: *Não há trabalhador sem economia. Tudo passa necessariamente de ter que existir a economia, uma economia forte para os trabalhadores terem emprego. Falando concretamente do PRE que entrou em vigor em Janeiro de 1987, nessa altura houve necessidade de facto de se reabilitar a nossa economia, isto porque passava de uma crise sem precedentes.*

Após conversações do Governo com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinou-se o acordo para se reabilitar a economia, onde uma das imposições foi o processo de privatização das empresas, até então estatais. Durante o sistema de economia centralizada, houve unificação de muitas empresas, sem no entanto ter-se em conta as condições de cada uma delas. Quando se inicia o processo de privatização, começa-se a ver que nalgumas empresas existiam muitos trabalhadores na situação de excedentários. Após a privatização, a entidade empregadora, não obstante aceitar o caderno de encargos, decide reduzir o número de trabalhadores. É daí que começa o desmantelamento do excedente de mão-de-obra, e se coloca no mercado de emprego, engrossando deste modo o número de desempregados.

Para eles, *Já não se pode falar em PRES, no mesmo contexto do seu início até os primeiros anos da década de 1990, o que se tem é o Programa de Reajustamento Estrutural onde se procura solucionar os problemas estruturais da economia nacional*⁹⁷.

⁹⁶ Estes dados foram recolhidos na OTM-Central Sindical durante as entrevistas, dia 15 d Agosto de 2005

⁹⁷ Aqueles sindicalistas revelaram-nos que: nessa altura foi decidido que Moçambique devia privatizar cerca de mil duzentas (1.200) empresas, mas até ao presente momento (2004), já foram privatizadas cerca

Uma das fases de maior importância nesse processo, foi por exemplo a privatização das empresas, o que levou a que determinadas empresas privatizadas não conseguissem sobreviver numa economia de mercado, portanto, numa economia de concorrência, o que os levou à falência e seu desaparecimento, como o sector de caju por exemplo, que possuía grande capacidade de produção e empregava mais de doze mil (12.000) trabalhadores em todo o país. E, como consequência desse processo, muitos trabalhadores foram para o desemprego nesta base.

No seu entender, O problema é de política de desenvolvimento, de quadro geral do Programa de Ajustamento Estrutural.

Observaram ainda que: Hoje assistimos a privatização da banca, e outras empresas que estão em vias de serem privatizadas, portanto, este processo todo, levou a que cerca de duzentos e cinquenta mil (250.000) trabalhadores, ficassem desempregados. E como consequência disso, surge o sector informal, formalizado como Associação do Trabalhador do Sector Informal, constituindo deste modo uma alternativa para o trabalhador desempregado conseguir sustentar a sua família. De entre aquele número, de trabalhadores excedentários, alguns estão no sector informal e outros na África do Sul, por causa da carência de emprego no nosso país.

Procuramos saber se essas seriam as implicações do PRES no desemprego, ao que eles argumentaram: Na economia o PRES veio resolver a situação da crise em que se encontrava, mas na área social, trouxe de facto o desemprego massivo no nosso país. Na área económica, muito bem, está se a falar de 1,7 dígitos de crescimento, mas na área social o PRES trouxe desemprego.

Pedimos àqueles sindicalistas para que nos falassem da capacidade de absorção do mercado de emprego, portanto, entre a oferta e a procura, a sua resposta foi: Embora não tenhamos dados estatísticos, o que podemos dizer, é que, neste momento não há capacidade de oferta de emprego, comparativamente à procura. O que está se a fazer, como dissemos, é atrair cada vez mais o investimento pelo Governo, na procura de uma resposta para a situação de desemprego. Na verdade, o que acontece é que muitas

de mil quatrocentas e setenta (1.470), o que ultrapassa o que se havia previsto no início. Entrevista realizada no dia 15 de Agosto de 2005.

peessoas desempregadas, não têm o hábito de contactar o INEFP para se registarem. E, geralmente as empresas como a Mozal por exemplo, não admitem a partir da porta, admitem sim a partir do Serviço de Emprego. Elas mandam uma solicitação àqueles Serviços, a pedir um determinado número de trabalhadores com a respectiva formação profissional, e o Serviço de Emprego faz a selecção e envia à empresa que tiver solicitado. Para além de que o nível de escolaridade e qualificações profissionais constituem hoje, condição "sine quanon" para o emprego.

Falaram ainda que: Se formos fazer uma relação entre os empregos que foram criados, e os empregos que foram perdidos, naturalmente que a relação será negativa, quer dizer que perderam-se mais empregos do que criaram-se. Houve novos empregos que surgiram, por exemplo, a Mozal que no início ofereceu cerca de mil e duzentos a mil e trezentos (1.200 a 1.300) postos de trabalho. A Sasol, também absorveu bastante a mão-de-obra moçambicana na fase de arranque, mas depois, este número foi drasticamente reduzido na fase de laboração. Podemos falar de empresas que foram modernizadas e que contribuíram para a absorção de mão-de-obra e, são várias as empresa que se criaram. Mas infelizmente a relação é negativa, quer dizer, mais empregos perderam-se do que aqueles que foram criado.

Na sua análise, dos entrevistados, o sector informal aparece como alternativa para a sobrevivência face a dificuldades de se encontrar emprego no sector formal. Segundo eles, *Se observamos as estatísticas oficiais, elas mostram uma média de cerca de 50 a 60% de desemprego. Isto no âmbito da relação entre a população economicamente activa e a população empregada no sector formal. Ora, esta relação, de facto, dá um dado de desemprego que é bastante elevado. Mas se considerar-se que cerca de 80% da população moçambicana vive nas zonas rurais, onde tem na agricultura familiar a sua forma de emprego, a sua forma de obtenção de rendimento, a noção de desemprego torna-se discutível porque não estão no sector formal. Para eles, o desempregado tem que implicar necessariamente o facto de:*

Primeiro- a pessoa não ter emprego nem no sector formal nem no informal;

Segundo- Não ter qualquer mecanismo de auto-emprego, quer dizer, não ter nenhuma fonte de rendimento, quer a nível pessoal, formal ou informal, essa pessoa está desempregada.

Perguntamos aos entrevistados, qual era a definição Oficial de desemprego/desempregado, ao que responderam: *Há dois conceitos que se podem*

*considerar de desemprego, a falar no geral, no sentido de que no país há desemprego, e desempregado seleccionado, aquele que não tem emprego. Quando fala se de que a taxa de desemprego no país é maior, há que quantificar, como por exemplo, neste momento, no país são cerca de cento e vinte mil (120.0000) trabalhadores desempregados. Portanto, é desempregado aquele trabalhador que tiver passado para "mão-de-obra excedentária", que foi lançado para o mercado de trabalho, e que ficou sem ocupação na empresa. É um conceito discutível dentro do nosso país, e é por isso que as nossas estatísticas pecam nesse aspecto, porque limitam se a comparar o emprego no sector formal e a população economicamente activa*⁹⁸.

Com relação á ideia *Oficial* sobre o *desemprego*, para os sindicalistas, não existe nenhum *Discurso Oficial* do Governo sobre o desemprego. Para eles: *Somente existe aquilo que consta dos programas do Governo, como é o caso por exemplo, do incentivo à criação de postos de trabalho para a redução do desemprego no país, criação de condições para que haja mais empresas.*

Perguntamos se ao longo da história recente de Moçambique, houve uma mesma ideia sobre o desemprego, ao que responderam: *Ora, cada período histórico compõe se de realidades, portanto, é em cada contexto que se deve entender e analisar os factos para dizer que, Moçambique está inserido na economia de mercado, de concorrência ou liberalizada. É uma nova fase política de desenvolvimento. No período pós-independência, não havia concorrência de emprego porque o país tinha uma grande carência de quadros. O Estado, as empresas andavam à procura de pessoas para trabalhar. Hoje são as pessoas que andam atrás das empresas à procura de uma vaga, de um posto de trabalho.*

Procuramos saber o que torna necessariamente diferente o período do PRES, do período pós-independência, ao que disseram: *De todo um contexto em que existe uma concorrência entre as empresas, existe uma concorrência entre as pessoas para arranjar emprego. É isto que marca a diferença com o passado recente, em que a pessoa muitas vezes nem precisava de sair de casa para ser contratada para ir ao trabalho, porque o Estado precisava de quadros e as empresas estavam desprovidas destes, pela sua saída*

⁹⁸ Não são incluídos aqui os estudantes que terminaram o seu curso, ou o seu nível de escolaridade e ingressam para o mercado de emprego, observou aquele sindicalista.

massiva do país naquele período. As reformas económicas, levaram a que as pessoas disputassem vagas, seguindo regras de funcionamento impostas pelo sistema.

Em relação á responsabilidade social do Estado e dos agentes económicos, perante imperativos do sistema económico vigente, como resposta disseram: A intervenção do Estado na vida económica reduziu substancialmente, senão grandemente. Posto isto, o Estado privatiza as empresas dado a importância da propriedade privada no próprio sistema económico. Mas naturalmente o Estado tem uma responsabilidade com os seus cidadãos. Por um lado, cria incentivos para que haja mais investimentos, mais empresas e como consequência disso, mais postos de trabalho. Cria formas para que o empresariado nacional evolua, se desenvolva e crie mais postos de emprego. Procura criar meios tecnológicos e condições para melhor funcionamento institucional, cria facilidades através de licenciamento de pequenas, médias e grandes empresas.

Por outro lado, também tem outra responsabilidade que é de caris mesmo social, que é de prestar assistência através de mecanismos de prestação de segurança social, às camadas menos favorecidas da sociedade, daí que existem serviços de inserção social, serviços de apoio social, subsídios para pessoas mais carentes, tudo isto, é a responsabilidade social do Estado, que visa criar protecção para os cidadãos. Para além da área de saúde, educação, e outras em que o Estado vai continuar de certa maneira a ter uma responsabilidade bastante grande na sociedade.

Recapitulando os resultados das entrevistas com os representantes sindicais, percebemos que à semelhança dos técnicos do INEFP, a análise sindical não diferiu em muito do Discurso Oficial governamental, quando estes abordaram que: O Governo está a fazer todo o esforço para atrair o investimento estrangeiro para o nosso país, como por exemplo, a mina das areias pesadas de Moma e Chibuto, que constituem de certa forma uma redução da mão-de-obra desempregada. Vimos a entrada da Mozal, que também é uma forma de reduzir o desemprego. Também no sector de açúcar, desde que foi reactivado, admitiu cerca de oitenta e cinco mil (85.000) trabalhadores. Portanto, o importante aqui é o esforço que o Governo está a fazer para atrair o investidor para o nosso país, não obstante o que se diz sobre a nossa Lei de trabalho, que é penalizante para os empregadores. É o investimento que pode reduzir a mão-de-obra desempregada. O sector de cajú, também está em vias de ser reactivado, constituindo outra saída para o emprego.

Considerações finais

Neste capítulo passamos a apresentar as principais constatações do nosso estudo. Serão apresentadas algumas considerações⁹⁹, tomando em conta a pergunta de partida, as hipóteses e os objectivos que nos orientaram para a realização deste trabalho. Faremos a interpretação e verificação dos resultados cruzando a bibliografia consultada e os enunciados das entrevistas. A interpretação e verificação dos resultados segue os modelos de “*Formação Discursiva*” propostos pelo Maingueneau e Foucault; contudo, não se exclui a necessidade de ajustar ou até recorrermos à outros quadros teóricos, que também foram aqui apresentados.

Na República de Moçambique o direito ao trabalho está consagrado na Constituição da República, no seu artigo 88 n.º 1, que diz “*O trabalho constitui direito e dever de cada cidadão independentemente do sexo*” e, pressupõe o desenvolvimento económico e social para resolver, de forma sustentada, os problemas de emprego, criar relações laborais salutaras... E, segundo a Lei do Trabalho n.º 8/98 de 20 de Julho, capítulo I, artigo 4, n.º 1, são fontes do direito do *trabalho* a Constituição da República e os outros actos normativos emanados da Assembleia da República e do Governo, bem como as normas legais do *trabalho* e os instrumentos de regulamentação colectiva de *trabalho*.

O *Discurso Oficial* sobre o desemprego começa com as emanações legais sobre o direito ao *trabalho* consagrado naquela Constituição e na demais legislação em vigor, como é o caso da Política do Sector do Trabalho¹⁰⁰, complementado com as percepções/interpretações construídas ao nível do Ministério do Trabalho através do INEFP, sendo produzido pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República, e materializado pelo Ministério do Trabalho, através do INEFP.

A hipótese que orientou o nosso estudo, anuncia que: *O Discurso Oficial sobre o desemprego é influenciado pela racionalidade económica dominante no contexto do PRES*. Diante da análise acima exposta, a nossa hipótese foi infirmada, se tomarmos em conta que naqueles instrumentos elaborados sobre o *trabalho/emprego*, em nenhum

⁹⁹ A ruptura é condição lógica do trabalho científico, renova-se e prolonga-se à duas fases que Bachelard anuncia – construção e verificação. (Almeida, 1986, 27)

¹⁰⁰ Conselho de Ministros, Resolução n.º 6/97 de 4 de Março

momento faz-se referência ao sistema de economia vigente (economia de mercado), nem as reformas económicas materializadas no PRES, as quais trouxeram profundas transformações não só no mercado de trabalho, mas também no sector empresarial e na massa laboral, (excedentarização da mão-de-obra), com as privatizações e introdução de novas tecnologias, etc.

Podemos concluir então que, o *Discurso Oficial* sobre o *Desemprego* no contexto do *PRES*, não produziu os conteúdos possíveis oriundos das “formas concretas de vida”. Nos documentos, que constróem o *Discurso Oficial*, em nenhum momento é feita uma enunciação clara com relação ao sistema de economia adoptado no país, nem sequer ao Programa de Reajustamento Estrutural. Também não existe, a definição de qualquer conceito ligado ao conceito *trabalho*, isto é, *desemprego/desempregado*, construído a partir da realidade do país, limitando-se apenas a uma enunciação genérica da questão, e valendo – se das definições internacionais, como a OIT ou dos Estaticistas do Trabalho¹⁰¹. O discurso oficial produzido naqueles documentos não faz referência ao Sector Informal, já formalizado e constituído em Associação dos Trabalhadores do Sector Informal, que constitui uma resposta para a falta de emprego no país, e que constitui uma realidade. Sobre a ideia de que “o Governo assegurará a igualdade de oportunidade a todos os cidadãos, no âmbito da economia de mercado”, *este paira sobre e fora deles, como uma figura exterior que representa a todos*¹⁰².

Na nossa perspectiva, o discurso sobre o desemprego deveria produzir os conteúdos possíveis, oriundos das “formas concretas de vida”. Deveria ter a sua “pretensão de validade”. Pretensão de validade da razão, quanto do discurso, produzido a partir da “praxis” quotidiana do discurso. Ter-se-ia assim uma validade relacionada ao contexto social e ao tempo histórico, em que o PRES e o processo das privatizações operam.

Sendo o discurso, uma forma de acção social, este devia apresentar-se ou numa perspectiva inspirada no “marxismo” (o discurso como praxis), ou numa perspectiva “pragmática” em que o discurso no domínio semântico trata das suas relações com a realidade, no caso as reformas económicas então em curso. O *Discurso Oficial* está na

¹⁰¹ Organização Internacional do Trabalho e Resolução sobre Estatísticas da População Activa, do Emprego, do Desemprego e do Subemprego (Adaptação à Língua Portuguesa, Ministério do Trabalho e Segurança Social- Comissão Consultiva de Estatística), (Genebra, 18-29 de Outubro, 1982)

¹⁰² Marilena Chauí, in: www.odialetico.hpg.com.br - 2004

sua forma ideológica, quer dizer, faz parte do campo imaginário. Ele é um conjunto coerente e sistemático de imagens e representações, tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Não diz respeito às ideias e crenças que justificam e explicam as relações sociais e económicas que caracterizam a sociedade moçambicana, no presente sistema de economia materializado no PRES.

Infirmada a nossa hipótese, no polo escrito do *Discurso Oficial* ora identificado, pudemos apurar especificamente nas nossas entrevistas que:

O posicionamento tanto dos técnicos do INEFP como dos representantes da OTM-Central Sindical, é de que não se pode olhar para a reestruturação económica como a causa exclusiva do desemprego. Não é o PRES como tal que cria o desemprego, mas um conjunto de factores, como: o número de jovens que entram para o mercado de trabalho; uma formação académica e profissional não relacionada às demandas do mercado; a ausência de políticas para a criação de auto-emprego entre outros. Todavia, reconhecem (tanto os técnicos do INEFP como os representantes Sindicais), que tais factores são resultantes do processo das reformas económicas. Os sindicalistas mostraram não conhecer a existência da Política do Sector do Trabalho, quando afirmam: *Somente existe aquilo que consta dos programas do Governo, como é o caso por exemplo, do incentivo à criação de postos de trabalho para a redução do desemprego no país, criação de condições para que haja mais empresas*, portanto, para eles não existe nenhuma ideia Oficial sobre o fenómeno.

A introdução do PRES foi e tem sido um processo contínuo que trouxe uma nova visão e profundas transformações no mercado de emprego, e novas regras de procedimento, no que diz respeito: às formas de empregabilidade, isto é, às formas de contratação de mão-de-obra laboral pelas empresas; à visão de existência de dois tipos de desempregados: os que atingem a idade economicamente activa e anualmente entram para o mercado de emprego¹⁰³, e os desempregados ditos mão-de-obra excendetária, resultantes do processo de privatização das empresas no âmbito das reformas económicas. No que diz respeito a acções para a mitigação do fenómeno; o que se defende *Oficialmente*, é que para o combate ao desemprego, quer dizer, para que o desemprego não aumente, é preciso que

¹⁰³ A estes, estão incluídos os que terminam os seus níveis de escolaridade ou formação profissional e procuram o seu primeiro emprego.

aumente o investimento, é preciso incentivar-se cada vez mais o investimento, para a geração de mais postos de trabalho, esta é a base fundamental.

O *Discurso Oficial*, foi entendido como aquilo que constitui a linha orientadora em matéria de trabalho, emprego e formação profissional, destacando-se a Política do Sector de Trabalho e outros instrumentos como a estratégia de emprego e formação profissional, que tem uma série de programas dirigidos ao desemprego, como: programas de formação profissional e de emprego para os jovens, emprego nas áreas rurais, melhoria na análise de informação sobre o mercado de emprego, etc.

Na perspectiva deste *Discurso Oficial*, a evolução do fenómeno no país, é devida a entrada anual no mercado de trabalho de mais de 300 mil jovens, e não da mão-de-obra excedentária resultante do processo do PRES, é este número que passa a ser a preocupação das entidades governamentais em encontrar soluções. Todavia, o *desemprego* em Moçambique acarreta graves problemas sociais e encontra-se em curva crescente, sendo uma das causas mais importantes do crescimento da pobreza. Vejamos que, o investimento não evoluiu contínua e significativamente. A capacidade produtiva degradou-se (o fecho de inúmeras empresas é prova disso), e grande contingente (120 mil), de mão-de-obra ficou sem emprego, (força excedentária).

Os cenários de uma economia de mercado neoliberal, materializados pelo PRES, passam pelo individualismo exacerbado, e ganham contornos de crise social, onde o *desemprego* é uma das principais consequências. O facto é que com o PRES, existem hoje, duas ordens de excluídos: um historicamente lançado fora da produção e o outro que não consegue fazer face às novas tecnologias que exigem mais qualificações. Assim, pode constatar-se, um grupo marginalizado económica e socialmente, que consolida-se.

Contrariamente àquilo que o *Discurso Oficial* pretende fazer crer, a previsão para o futuro, mesmo a curto prazo, demonstra-se sombria, (a olhar pelas respostas formuladas durante as entrevistas), face à complexidade do fenómeno, é de se esperar um agravamento social, isto se a política que está a ser seguida não sofrer uma rápida inversão.

Quanto aos sindicatos, parece-nos que estão perante uma crise de representação na história da sociedade moçambicana, resultado da crescente desagregação da classe

operária. Face aos resultados da nossa pesquisa, sentimos que não são capazes de fazer uma análise situacional que contrapõe à dos técnicos do INEFP. Ao contrário, os sindicalistas corroboraram com o *Discurso Oficial*, o que torna difícil, para as entidades sindicais travar um movimento em defesa dos interesses da classe trabalhadora, com uma agravante; o desinteresse pela acção sindical.

Como foi mostrado, a partir dos enunciados discursivos (escrito/oral), o *Discurso Oficial* não “reflecte” a realidade. A partir deste distanciamento, constroem-se definições de *desemprego/desempregado*, de modo a que, delimitados, possamos saber quem é considerado oficialmente empregado e ou desempregado, além de subsidiar a política sobre a matéria e outros programas a fins. Uma das consequências que encontramos, foi ao explicar dados sobre o número oficial de desempregados registados, distanciando-se deste modo do número real.

Assim aconteceu nos enunciados dos técnicos do INEFP e dos representantes sindicais, o conceito *desemprego/desempregado*, foi definido em duas vertentes, e foi reconhecido que é algo ainda a ser “afinado”. Desta maneira, não se sabe ao certo quem consta das estatísticas oficiais de desemprego, ainda mal disponíveis.

Com o advento do PRES, instalou-se na sociedade moçambicana a falta de perspectiva, pois o seu horizonte do futuro estreitou-se. Entretanto, é preciso uma reflexão profunda, tendo como questão básica, a elaboração de uma política de emprego, que conste a garantia de direitos sociais, que de forma inteligível a Política do Sector do Trabalho não os prevê, nem especifica as prioridades nas questões fundamentais, como os problemas relacionados a novas formas de relacionamento entre o capital e o *trabalho*, limitando-se, apenas, a uma abordagem genérica do fenómeno.

A “revolução” que o PRES imprimiu nas empresas, cria uma expectativa direccionada a um futuro no qual a desigualdade de renda será a tónica e o emprego um bem escasso. Acreditamos porém que, diante dos desafios que são colocados à sociedade moçambicana, possa-se fazer as necessárias releituras e revisões destes paradigmas transformando-os em visão estratégica objectivando encontrar respostas face à problemática do desemprego.

Para usar uma expressão de Gramsci: *o que caracteriza hoje o comportamento dos trabalhadores é um tipo de "hegemonia passiva", no qual se enclausuram, por falta de novos caminhos e dominados pelo conhecimento e informação da classe dominante, e se entregam ao individualismo egocêntrico*¹⁰⁴.

Desse modo, os sindicatos precisam construir uma nova referência, uma nova visão compatível com o tempo actual e com capacidade concreta de contrapor-se ao *Discurso Oficial*, para oferecer outros caminhos aos trabalhadores. É preciso criar novas formas de luta, levando em consideração os interesses entre as classes que se desenham numa economia de mercado de concorrência, e fazer uma releitura das matrizes que fundamentam o período actual com a implementação do PRES.

Portanto, insistimos na problemática do *desemprego* e na revisão estratégica da Política do Sector do Trabalho e dos Sindicatos, como um tema político de extrema relevância. Ademais, a questão socio-econômica, mais presente no quotidiano dos cidadãos, é a situação do PRES e suas consequências. É de capital importância olhar, e avaliar a realidade, através do descobrimento de alternativas concretas para minimizar e entender os efeitos do PRES na massa laboral, fortalecer as políticas e programas face a situação do *desemprego*.

Com a política neoliberal, tornam-se conhecidos os seus excessos, e se percebe a necessidade de uma combinação entre acção pública e acção privada. No presente estudo, verificamos que a existência de um mercado voltado para o crescimento económico e que favoreça maior número de população, é limitado. Entretanto, se faz necessário uma política de *trabalho*, eficiente, dinâmica e moderna, capaz de, a partir da nossa realidade, introduzir programas de desenvolvimento, capazes de alargar e corrigir as imperfeições do mercado de emprego, já em si limitado na oferta.

¹⁰⁴ Disponível na Internet: www.rnv.nl/parceria/html/.html

Bibliografia

- ABRAHMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**, Padrigu, ISRI, Maputo, 1994.
- ALMEIDA, J. Ferreira, Pinto, José Madureira. **Da teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais**. In. SANTOS, Silva Augusto, PINTO, José Madureira (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Edição Afrontamento, 1986.
- AMARAL, Wanda de. **Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de Graduação**. Imprensa-UEM, Maputo-Moçambique, 1995.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Discurso de Apresentação do Programa do Governo para 1995/1999, à Assembleia da Republica**, 1995.
- BIROU, Alain. **Dicionário de Ciências Sociais**. Publicações Dom Quixote, Lisboa-Portugal, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Económicas e Estruturas Temporais**, Editora Perspectiva, S.A, S. Paulo Brasil, 1979.
- BOLETIM DA REPÚBLICA, Resolução n.º 4/2000. **Programa Quinquenal do Governo para 2000-2004**, 2000.
- _____, (4.º SUPLEMENTO). **Conselho de Ministros: Resolução n.º 6/97: Aprova a Política do Sector do Trabalho**, 1997.
- _____, (3.º SUPLEMENTO). **Conselho de Ministros: Decreto n.º 37/92: Cria o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional**, 1992.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (Org.). **Moçambique, perspectivas económicas**, ed. UEM, Maputo-Moçambique, 1994.
- CARMO, Herman (Coord.). **Exclusão Social: Rotas de Intervenção**, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1996.
- CIMEIRA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Nacional de Moçambique sobre o Desenvolvimento Social**, 1995.
- DICIONÁRIO PRÁTICO ILUSTARDO, Lisboa, (s/d).
- DOMINIQUE, Maingueneau. **Os Termos-Chave da Análise do Discurso**, (1.ª ed.), Gradiva Publicações, Lda, Lisboa-Portugal, 1997.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia-Verbo**, 1.ª ed. Lisboa/ S. Paulo, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, (10.ª ed.), edições Loyola, S. Paulo, Brasil, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **L' Ordre du Discours**, Éditions Gallimard, Paris, 1971

- _____. **Archiéologie du Savoir**, Paris, Gallimard, 1969
- _____. **O Homem e o Discurso**. (A arqueologia de Michel Foucault),
(por) Michel Foucault e (outros), Rio de Janeiro, Tempo brasileiro,
1970.
- FRANK, G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin América**, New York,
Monthly Review Press, 1969.
- GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 4.^a ed. S.Paulo, Atlas
1995.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, (2.^a ed.), Fundação CalousteGulbenkian, Lisboa, 2000.
- GOBE, Artur. **A situação económica do País**, in CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno
(Org.), **Moçambique perspectivas económicas**, ed. UEM, Maputo-
Moçambique, 1994.
- HABERMAS, Jurgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**, (2.^a ed.), Publicações
Dom Quixote, Lisboa, 1998.
- HABERMAIER, Kurt & WYTS, Marc. **Concepção do Problema do desemprego**,
CEA-UEM, Maputo (s/d).
- HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada. Economia política na era de
ajustamento estrutural**, CHR. Michelsen Institute, Brgen, 1990.
- MAUSS, Marcel. **Instituições Sociais e Reprodução Social**, in CABRITO, Belmiro
Gil et al. **Sociologia**, (4.^a ed.), Texto Editora, Lda, Lisboa, 1989.
- MOLE, Paulo Nicua. **A situação económica do País**, in CASTEL-BRANCO, Carlos
Nuno (Org.), **Moçambique perspectivas económicas**, ed. UEM,
Maputo-Moçambique, 1994.
- MOSCA, João. **A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)**, Instituto
Piaget, Lisboa, 1999.
- PAVIA, José Francisco. **Economia e Política-Moçambique e as Instituições de
Bretton Woods**, Vega, 2000.
- QUIVY, Raymond at all. **Manual de Investigação em Ciências Sociais** (2.^a ed.),
Gradiva Publicações, L,da, Lisboa, 1998.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Lei do Trabalho n.º 8/98 de 20 de Julho**, 1998.
- RICOEUR, Paulo. **O Discurso da Acção**, Edições 70, Lisboa, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **A Gramática do Homicídio**, in O Homem e o Discurso: A
Arqueologia de Michel Foucault, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro
- SOUSA, M. Célia de. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**,
5.^a ed. Petrópoles; Vozes, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 10.^a ed., Livraria Pioneira Editora, S. Paulo, 1996.

Outras fontes consultadas

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (AIM). **A Study of the Results of the First Year of the Government's Economic Recovery Programme**, 1988.

THOMPSON, Augusto. **Manual de Orientação para Preparo de Monografia**, 2.^a ed. Forense Universitária, (s/d).

CHAGAS, Henrique. **O liberalismo, o neoliberalismo Económico e a Constituição Federal**, 01/08/03. Disponível na Internet:

www.infojus.com.br/areas3/henriquechagas1.htm

CADERNO DE APONTAMENTOS DA CADEIRA "Teorias Sociológicas", 5.^o Ano de licenciatura em Sociologia", I e II Semestre (UEM) 2001/2002.

DUTRA, Delmor José Volpato. **A Estrutura do Pensamento da Teodiceia de Leibniz e a Vingança da Ideologia Contra o Discurso Crítico – o conceito marxista de ideologia em Marilena Cahui**", 19/08/03. Disponível na Internet: <http://www.odialetico.hpg.ig.com.br>

Desemprego e sua Ligação com o Campo: Um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas, CEA-UEM, Maputo, 1978.

Emprego e alívio à pobreza em Moçambique - Notas para a Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de governo sobre Emprego e Alívio à Pobreza em África. (Trabalho elaborado em conjunto pelo Ministério do Trabalho e Ministério do Plano e Finanças) (s/d.).

MINISTÉRIO DO TRABALHO - Gabinete do Ministro. **Evolução Histórica do Desemprego em Moçambique**, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (INEFP). **Glossário**, Ministério do Trabalho, Maputo-Moçambique, (s/d).

INFORMATIVO. Semanal, de 29 de Setembro à 05 de Outubro (s/d.). Ano I, Edição n.º 011

INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
INEFP/DNPET/Ministério do Trabalho-Departamento de Estatísticas, 2004.

JORNAL NOTÍCIAS. "Salário mínimo e o desemprego em Moçambique" Maputo-

- Moçambique, 10 de Maio de 2002, página -Economia e Negócios, p.2.
_____. **CFM livram-se de 10 mil trabalhadores**, Maputo-Moçambique, 27 de Setembro de 2002, página -Economia e Negócios, p.4.
_____. **Liberalização foi um falhanço**, Maputo-Moçambique, 11 de Outubro de 2002, página “Economia e Negócios”, p.7.
_____. **Cabo Delgado tem registados nove mil desempregados. Direcção do Trabalho esclarece conceito de desemprego**, Maputo-Moçambique, 20 de Março de 2004, p.7.
_____. **Desde o 1.º de Maio do ano passado (2003), onze mil trabalhadores ficaram desempregados – segundo OTM** Maputo-Moçambique, 27 de Abril de 2004, p.1.
- JORNAL EXPRESSO da tarde. **Banca despede 1800 trabalhadores**, Maputo-Moçambique, 11 DE Dezembro de 2003, ed. N.º 1194, p.1.
- JORNAL CORREIO da Manhã N.º 1745. **Mais de 171 mil moçambicanos no olho da rua na RAS**, Maputo-Moçambique, 20 de Janeiro de 2004, p.3.
- JORNAL «MEDIAFAX» .**Após falência de empresas privadas – Índices de desemprego estão a subir em Moçambique**, Maputo-Moçambique, 27 de Dezembro de 2003.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL (Comissão Consultiva de Estatística)(Org.). **Resolução sobre Estatísticas da População Activa, do Emprego, do Desemprego e do Subemprego**, Décima Terceira Conferencia Internacional dos Estaticistas do Trabalho-OIT (Adaptado à Língua Portuguesa), Genebra, 1982.
_____. - INEFP, **Relatórios de Actividades Desenvolvidas pelo INEFP-1995 a 2002**. Maputo, 2004.
- PARTIDO FRELIMO. **Reflexão Sobre a Situação do Desemprego em Moçambique**. III Sessão Ordinária do Comité Central, Matola, 2003.
- PETELINKAR, Lino Faria. **A limitação da Jornada do Trabalho-reflexões do Estado do Espírito Santo**. 06/10/14. Disponível na Internet:
www.revistapersona.com.ar/lino.htm
- PINTO, Mauro L. Magalhães. **Estertores Neoliberais**. 01/08/03. Disponível na Internet:
www.eduquenet.net
- 4.º Congresso-Partido FRELIMO. **Proposta de programa do Partido FRELIMO**
IV Cong.º/Doc.02/1983
- REVISTA TEMPO N.º 730. **Moçambique é o 148.º membro do Fundo Monetário**

Internacional (FMI) e Banco Mundial (MB), Maputo-Moçambique, Outubro de 1984. Moçambique, Janeiro de 1975.

_____ N.º 329. **Inhassume (sic) criar o homem novo**, Maputo-Moçambique, Abril de 1975.

_____ N.º 323. **II conferência da OMM. Engajar a mulher na tarefa principal, resoluções sobre problemas sociais na cidade-o desemprego**, Maputo-Moçambique, Dezembro de 1976.

Relatório Provisório sobre o Desemprego no Maputo: Em colaboração com o Partido e o Ministério do Trabalho, CEA-UEM, 1978.

RELATÓRIO: Programa e Etapas de Trabalho do Grupo encarregado do estudo do desemprego, UEM/CEA, Partido, Ministério do Trabalho, MI/PIC (s/d).

ROUANET, Sérgio Paulo. **A Gramática do Homicídio**, in *O Homem e o Discurso: A Arqueologia de Michel Foucault*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1971

SACCHI, Eny. **Neoliberalismo, Crítica da ONU**, 01/08/03. Disponível na Internet:

www.rnw.nl/parceria/htm

SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. **Uma Genealogia do Discurso em Michel**

Foucault. 08/08/04. Disponível na Internet: teresabr@terra.com.br

SOUZA, Donaldo Bello de. **A Superação do Determinismo Económico nas Análises sobre Inovações: Possíveis contribuições do aporte gramsciano**". 06/08/14.

Disponível na Internet: www.senac.br/informatvo.htm

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABRA, **Orientações para Citações e Referências Bibliográficas 10.º Congresso de Iniciação Científica UNIMEP/CNPq** - Piracicabrá-S. Paulo, 2002.

Guião de entrevistas

Para os técnicos do INEFP e representantes da OTM-Central Sindical

Os extractos das entrevistas representam a síntese das mesmas quanto aos temas abordados, ou seja, não está relacionada a um (01) entrevistado especificamente.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Agosto e Outubro de 2005, subdivididas em três partes principais: a primeira realizada entre os dias 14 e 15 de Agosto, com os representantes sindicais, e repetida entre os dias 28 e 29; a segunda decorreu entre os dias 21 e 22 de Setembro, com os primeiros dois técnicos do INEFP e a terceira e última, entre os dias 18 e 19 de Outubro.

Técnicos do INEFP entrevistados:

- Chefe do Departamento de colocação
- Directora do Emprego do INEFP
- Dois técnicos do Departamento de Formação e Orientação Profissional

Representantes da OTM-Central Sindical

- Chefe do Departamento das Relações jurídico-laborais
- Assistente do Departamento das Relações jurídico-laborais
- Chefe do Gabinete de Estudos da OTM Central-Sindical

1. Como evoluiu o desemprego em Moçambique nos últimos 17 anos, isto é, de 1987 a 2004?
2. Quais são as percentagens dessa evolução e qual é o número exacto de desempregados existente actualmente?
3. Pode falar nos da situação do desemprego no contexto do PRES?, i.é, se existe alguma relação entre o desemprego e o PRES?

4. Como funciona o mercado de trabalho no contexto do PRES? E qual é a capacidade de absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho?
5. Que relação existe entre a oferta e a procura no mercado de trabalho?
6. Qual é a definição *oficial* de desemprego/desempregado?
7. No período Pós-independência, o desemprego era visto como um mal a combater, temos o caso da “Operação Produção”, *desemprego* oculto, machambas estatais e do povo, cooperativas agrícolas, zonas verdes, etc. Que acções concretas foram, estão sendo, e serão desenvolvidas pelo INEFP, para a mitigação da problemática do desemprego em Moçambique?
8. Gostaríamos de saber se existe um *discurso oficial* sobre o desemprego, após a introdução do PRES, ou, será que existe um discurso oficial sobre o desemprego? E se existe qual é?
9. Quais são as Instituições que produzem o *discurso oficial* sobre o desemprego no contexto do PRES? Podendo ser: pessoas singulares ou colectivas, Instituições políticas ou governamentais. Portanto, fontes ou um quadro institucional reconhecido.
10. Qual é a perspectiva do desemprego na actualidade, isto é, no contexto do actual sistema de economia, (Economia de mercado), se é um mal necessário, a combater, individual, ou uma forma de rentabilizar as empresas?
11. O PRES tem em vista restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento económico, daí a privatização das empresas para a sua rentabilização, e como consequência a “excedentarização” da força de trabalho, situação que, de certa maneira aumenta o número de desempregados. Na vossa análise, onde assenta a responsabilidade social do Estado perante imperativos do sistema económico vigente?
12. Será que ao longo da história recente de Moçambique houve sempre uma mesma ideia oficial sobre o desemprego? O que torna o período do PRES fundamentalmente diferente do período anterior?

Guião de entrevistas

Para os técnicos do INEFP e representantes da OTM-Central Sindical

Os extractos das entrevistas representam a síntese das mesmas quanto aos temas abordados, ou seja, não está relacionada a um (01) entrevistado especificamente.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Agosto e Outubro de 2005, subdivididas em três partes principais: a primeira realizada entre os dias 14 e 15 de Agosto, com os representantes sindicais, e repetida entre os dias 28 e 29; a segunda decorreu entre os dias 21 e 22 de Setembro, com os primeiros dois técnicos do INEFP e a terceira e última, entre os dias 18 e 19 de Outubro.

Técnicos do INEFP entrevistados:

- Chefe do Departamento de colocação
- Directora do Emprego do INEFP
- Dois técnicos do Departamento de Formação e Orientação Profissional

Representantes da OTM-Central Sindical

- Chefe do Departamento das Relações jurídico-laborais
- Assistente do Departamento das Relações jurídico-laborais
- Chefe do Gabinete de Estudos da OTM Central-Sindical

1. Como evoluiu o desemprego em Moçambique nos últimos 17 anos, isto é, de 1987 a 2004?
2. Quais são as percentagens dessa evolução e qual é o número exacto de desempregados existente actualmente?
3. Pode falar nos da situação do desemprego no contexto do PRES?, i.é, se existe alguma relação entre o desemprego e o PRES?

4. Como funciona o mercado de trabalho no contexto do PRES? E qual é a capacidade de absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho?
5. Que relação existe entre a oferta e a procura no mercado de trabalho?
6. Qual é a definição *oficial* de desemprego/desempregado?
7. No período Pós-independência, o desemprego era visto como um mal a combater, temos o caso da "Operação Produção", *desemprego* oculto, machambas estatais e do povo, cooperativas agrícolas, zonas verdes, etc. Que acções concretas foram, estão sendo, e serão desenvolvidas pelo INEFP, para a mitigação da problemática do desemprego em Moçambique?
8. Gostaríamos de saber se existe um *discurso oficial* sobre o desemprego, após a introdução do PRES, ou, será que existe um discurso oficial sobre o desemprego? E se existe qual é?
9. Quais são as Instituições que produzem o *discurso oficial* sobre o desemprego no contexto do PRES? Podendo ser: pessoas singulares ou colectivas, Instituições políticas ou governamentais. Portanto, fontes ou um quadro institucional reconhecido.
10. Qual é a perspectiva do desemprego na actualidade, isto é, no contexto do actual sistema de economia, (Economia de mercado), se é um mal necessário, a combater, individual, ou uma forma de rentabilizar as empresas?
11. O PRES tem em vista restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento económico, daí a privatização das empresas para a sua rentabilização, e como consequência a "excedentarização" da força de trabalho, situação que, de certa maneira aumenta o número de desempregados. Na vossa análise, onde assenta a responsabilidade social do Estado perante imperativos do sistema económico vigente?
12. Será que ao longo da história recente de Moçambique houve sempre uma mesma ideia oficial sobre o desemprego? O que torna o período do PRES fundamentalmente diferente do período anterior?

Decima Terceira Conferencia Internacional
dos Estatisticistas do Trabalho

Genebra, 18-29 de Outubro de 1982

Resolução 1

OIT

**RESOLUÇÃO sobre
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO ACTIVA,
DO EMPREGO, DO DESEMPREGO
E DO SUBEMPREGO**

Adaptação à Língua Portuguesa

Ministério do Trabalho e Segurança Social
Comissão Consultiva de Estatística

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

População activa

5. A "População activa" compreende todas as pessoas de ambos os sexos que fornecem, durante um período de referência especificado, a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços, tal como são definidos pelos sistemas de contas e balanços nacionais das Nações Unidas. Segundo estes sistemas, a produção de bens e serviços compreende toda a produção e transformação dos produtos primários, quer estes se destinem ao mercado, à troca ou ao autoconsumo, bem como a produção para o mercado de todos os outros bens e serviços e, no caso das famílias que produzem tais bens e serviços para o mercado, a produção correspondente que é objecto de autoconsumo.

6. Duas medidas úteis da população activa são a "população habitualmente activa" avaliada em função dum longo período de referência tal como o ano e a "população activa do momento", também chamada "mão-de-obra", avaliada em relação a um curto período de referência tal como uma semana ou um dia.

População habitualmente activa

7. (1) A "População habitualmente activa" compreende todas as pessoas que tenham ultrapassado uma idade especificada cujo estatuto principal face à actividade, determinado em termos de número de semanas ou de dias no decurso dum longo período especificado (tal como os doze

meses precedentes ou o ano civil precedente), era o de "pessoas com emprego" ou o de "desempregados", conforme definido nos parágrafos 9 e 10.

(2) Nos casos em que este conceito for considerado útil e aplicável, a "população habitualmente activa" pode subdividir-se em "pessoas com emprego" e em "desempregados", segundo o seu estatuto principal face à actividade.

Mão-de-obra (população activa do momento)

8. A "Mão-de-obra" ou "população activa do momento" compreende todas as pessoas que preenchem as condições requeridas para ser incluídas nas "pessoas com emprego" ou "desempregados" conforme definido nos parágrafos 9 e 10.

Emprego

9. (1) Consideram-se como "pessoas com emprego" todas as pessoas que, tendo ultrapassado uma idade especificada se encontravam durante um breve período de referência especificado, tal como uma semana ou um dia, nas categorias seguintes:

a) Trabalhadores por conta dou-
trem.

a1) "Pessoas a trabalhar": pessoas que durante o período de referência efectuaram um trabalho mediante um salário ou um ordenado em dinheiro ou em géneros.

a2) "Pessoas com emprego não estando a trabalhar": pessoas que

tendo já trabalhado no seu emprego actual estavam ausentes durante o período de referência tendo contudo um vínculo formal com o seu emprego. Este vínculo formal com o seu emprego deverá ser determinado à luz das circunstâncias nacionais por referência a um ou a vários dos critérios seguintes:

- i) a prestação ininterrupta do salário ou ordenado;
- ii) a garantia de retorno ao trabalho finda a situação de excepção ou um acordo sobre a data de retorno;
- iii) a duração da ausência ao trabalho que pode ser o período em relação ao qual os trabalhadores podem receber uma compensação sem obrigação de aceitar outros empregos que lhes sejam eventualmente propostos.

b) Trabalhadores não por conta doutrem

b1) "Pessoas a trabalhar": pessoas que durante o período de referência efectuaram um trabalho tendo em vista um benefício ou um ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

b2) "Pessoas que tendo uma empresa não estão a trabalhar": pessoas que durante o período de refe-

rência tinham uma empresa industrial ou comercial, uma exploração agrícola ou uma empresa de prestação de serviços, mas não estavam temporariamente a trabalhar por qualquer razão específica.

(2) Na prática pode-se interpretar a noção de "trabalho efectuado no decurso do período de referência" como sendo um trabalho de duração igual ou superior a uma hora.

(3) As pessoas temporariamente ausentes do seu trabalho por motivo de doença ou acidente, feriado ou férias, por conflito de trabalho ou greve, licença para estudos ou para formação profissional, licença de maternidade ou para assistência à família, por má conjuntura económica ou por suspensão temporária de trabalho devida a causas tais como: condições meteorológicas desfavoráveis, incidentes mecânicos ou eléctricos, carência de matérias primas ou de combustíveis ou qualquer outra causa de ausência temporária com ou sem autorização, deverão ser consideradas como pessoas com emprego, por conta doutrem, desde que mantenham um vínculo formal com o seu emprego.

(4) Os empregadores, trabalhadores por conta própria e os membros activos das cooperativas de produtores deverão considerar-se como "trabalhadores não por conta doutrem" e classificados como "a trabalhar" ou "não estando a trabalhar" segundo os casos.

(5) Os trabalhadores familiares não remunerados deverão ser considerados como "trabalhadores não por conta doutrem" independentemente do número de horas de trabalho efectuadas durante o período de referência. Os países que, por razões particulares, preferirem escolher como critério uma duração mínima de tempo de trabalho para incluir os familiares não remunerados entre as "pessoas com emprego", deverão identificar e classificar em separado as pessoas desta categoria que trabalham menos que o tempo prescrito.

(6) As pessoas ocupadas na produção de bens e serviços para seu próprio consumo ou da família deverão ser consideradas como "trabalhadores não por conta doutrem" se uma tal produção representar uma contribuição importante para o consumo total da família.

(7) Os aprendizes que tenham recebido uma retribuição em dinheiro ou em géneros deverão ser considerados como "trabalhadores por conta doutrem" e classificados como "a trabalhar" ou "não estando a trabalhar" na mesma base que as outras categorias de pessoas com emprego por conta doutrem.

(8) Os estudantes, as pessoas ocupadas em tarefas domésticas e outras pessoas ocupadas principalmente em actividades não económicas durante o período de referência e que tinham ao mesmo tempo um emprego como "trabalhadores por conta doutrem" ou "trabalhadores não por conta doutrem", conforme definido no subparágrafo anterior, deverão ser consideradas

como "pessoas com emprego" na mesma base que as outras categorias de pessoas com emprego e ser identificadas em separado sempre que possível.

(9) Os membros das forças armadas deverão ser incluídos entre as pessoas com emprego por conta doutrem. As forças armadas deverão compreender tanto os membros permanentes como os temporários tal como é especificado na última edição revista da Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP).

Desemprego

10. (1) Nos "desempregados", estão compreendidas todas as pessoas que tendo ultrapassado uma idade especificada, durante o período de referência, estavam:

a) "sem trabalho", isto é, que não tinham um emprego quer como "trabalhadores por conta doutrem", quer como "trabalhadores não por conta doutrem" conforme definido no parágrafo 9;

b) "disponíveis para trabalhar" num emprego como "trabalhadores por conta doutrem" ou como "trabalhadores não por conta doutrem", durante o período de referência;

c) "à procura de trabalho", isto é, que tinham tomado disposições específicas ao longo dum período recente especificado para procurar um emprego, "por conta doutrem" ou "não por conta

doutrem". Estas disposições específicas podem incluir: a inscrição num serviço de colocação público ou privado; a candidatura junto de empregadores; as diligências nos locais de trabalho, em explorações agrícolas, nas fábricas, nos mercados ou noutros locais onde são tradicionalmente recrutados os trabalhadores; a colocação ou a resposta a anúncios em jornais; as solicitações através de relações pessoais; a procura de terrenos, imóveis, máquinas ou equipamentos com vista à criação de uma empresa própria; as tentativas para obter recursos financeiros, autorizações e licenças, etc..

(2) Nas situações em que os meios convencionais de procura de trabalho são pouco apropriados ou o mercado de trabalho está muito desorganizado ou é de âmbito limitado, em que a absorção da oferta de trabalho é, no momento considerado, insuficiente ou quando é elevada a proporção de "trabalhadores não por conta doutrem" no conjunto das pessoas com emprego, a definição padrão de desemprego dada no subparágrafo(1) anterior pode ser aplicada dispensando o critério da procura de trabalho.

(3) Para aplicar o critério da disponibilidade para trabalhar, especialmente nas situações cobertas pelo subparágrafo(2) anterior, deveriam estabelecer-se métodos adequados a fim de ter em conta as cir-

constâncias nacionais. Tais métodos poderão basear-se em noções tais como o desejo actual de trabalhar e o facto de já ter trabalhado, a vontade de ter um emprego por conta doutrem, de acordo com as condições locais ou a disposição de empreender uma actividade independente se forem concedidos os recursos e as facilidades indispensáveis.

(4) Apesar do critério da procura de trabalho incluído na definição padrão de desemprego, as pessoas sem trabalho e disponíveis para trabalhar, que tomaram disposições para arranjar um emprego por conta doutrem ou empreender uma actividade independente, numa data posterior ao período de referência, deverão ser consideradas como "desempregados".

(5) As pessoas temporariamente ausentes do seu trabalho sem vínculo formal com o seu emprego, que estavam disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho, deverão ser consideradas como desempregadas, conforme a definição padrão de desemprego. Os países podem, no entanto, em função das situações e políticas nacionais, preferir renunciar ao critério da procura de trabalho no caso das pessoas suspensas temporariamente. Em tais casos as pessoas suspensas do seu trabalho que não se encontrem à procura de trabalho mas que estejam contudo classificadas como desempregados deverão ser identificadas e constituir uma subcategoria à parte.

(6) Os estudantes, as pessoas ocupadas em tarefas domésticas e outras pessoas ocupadas principalmente em acti-

vidades não económicas durante o período de referência e que satisfaçam os critérios estabelecidos subparágrafos (1) e (2) anteriores, deverão ser considerados como desempregados da mesma maneira que as outras categorias de desempregados, e ser identificados separadamente sempre que possível.

População inactiva

11. A "População inactiva" compreende todas as pessoas independentemente da idade, incluindo as que tenham uma idade inferior à especificada para a medida da população activa, que não sejam economicamente activas conforme definido no parágrafo 5.

População inactiva do momento

12. (1) A "População inactiva do momento", isto é, as pessoas que não pertencem à mão-de-obra, compreende todas as pessoas que não estejam nem com emprego nem desempregadas durante o breve período de referência especificado, por qualquer dos motivos seguintes:

- a) frequência de estabelecimentos de ensino;
- b) ocupação em tarefas domésticas;
- c) reforma ou idade avançada;
- d) outros motivos tais como doença ou invalidez, que possam ser especificados.

(2) Os países que adoptem a definição padrão de desemprego podem identificar as pessoas não classificadas como de-

sempregadas que estavam disponíveis para trabalhar mas que não procuram trabalho durante o período de referência, e classificá-las em separado como população inactiva do momento.

População habitualmente inactiva

13. (1) A "População habitualmente inactiva" compreende todas as pessoas cujo estatuto principal face à actividade durante o longo período de referência especificado, não era nem o de "pessoas com emprego" nem o de "desempregados". Compreende as categorias funcionais seguintes:

- a) Estudantes;
- b) Pessoas que se ocupam de tarefas domésticas;
- c) Reformados e pessoas que vivem exclusivamente de rendimentos;
- d) Outras pessoas inactivas conforme definido pelas Nações Unidas nos "Princípios e Recomendações sobre Recenseamentos da População e da Habitação (1980)".

(2) Nos casos em que seja necessário, podem ser introduzidas subcategorias funcionais distintas para identificar:

- i) às pessoas ocupadas em actividades comunitárias e voluntárias não remuneradas;
- ii) Outras pessoas que se dedicam a actividades marginais que se situam fora do quadro das actividades económicas.

Subemprego

14. O subemprego existe quando o emprego duma pessoa é inadequado relativamente a normas determinadas ou a outro emprego possível, tendo em conta a qualificação profissional (formação ou experiência de trabalho). Podem distinguir-se duas formas principais de subemprego: o subemprego visível e o subemprego invisível.

15. (1) O subemprego visível é essencialmente um conceito estatístico que pode ser directamente medido através de inquéritos à mão-de-obra ou outros inquéritos, reflectindo uma insuficiência do volume de emprego.

(2) O subemprego invisível é essencialmente um conceito analítico que reflecte uma má repartição dos recursos de mão-de-obra ou um desequilíbrio fundamental entre a mão-de-obra e os outros factores de produção. Os sintomas característicos poderão ser o baixo rendimento, a subutilização de competências ou a baixa produtividade. Os estudos analíticos do subemprego invisível deverão ter em vista examinar e analisar uma grande variedade de dados tais como os níveis de rendimento e de qualificação (subemprego disfarçado) e medidas de produtividade (subemprego potencial).

16. Por razões práticas a medida estatística de subemprego pode ser limitada ao subemprego visível.

Subemprego visível

17. Deveriam ser distinguidos dois elementos na medida do subemprego visível:

- a) O número de pessoas em situação de subemprego visível;
- b) A quantidade de subemprego visível.

Pessoas em situação de subemprego visível

18. (1) As pessoas em situação de subemprego visível compreendem todas as pessoas que têm um emprego como "trabalhadores por conta doutrem" ou como "trabalhadores não por conta doutrem" quer estejam a trabalhar ou ausentes do trabalho, que involuntariamente trabalham menos que a duração normal de trabalho na sua actividade, e que estavam à procura dum trabalho suplementar ou disponíveis para tal trabalho, durante o período de referência.

(2) Com o objectivo de classificar as pessoas na situação de subemprego invisível dever-se-à definir a duração normal de trabalho para uma dada actividade em função das circunstâncias nacionais, nomeadamente da legislação sobre a matéria, desde que esta exista e, em função das práticas correntes nos outros casos, ou então através duma norma convencional uniforme.

Volume do subemprego visível

19. O "Volume do subemprego visível" pode ser medido utilizando para todas as